

## Relatório Mensal de Atividades

### Eneva S. A. e Eneva Participações S.A. em Recuperação Judicial

Período de dezembro de 2014 a março de 2015

Este Relatório Mensal de Atividades foi elaborado conforme o disposto na alínea "c" do inciso II do artigo 22 da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Este Relatório possui comentários entre colchetes ("[ ]") e marcados em *itálico*, demonstrando questões pendentes de informações por parte das Recuperandas.

Todas as informações apresentadas neste Relatório, incluindo os comentários pertinentes à situação econômica e financeira das Recuperandas, foram obtidas a partir de informações contábeis, gerenciais e operacionais disponibilizadas pelas Recuperandas, além de representações da Administração das Empresas.

©2015 Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. - Todos os direitos reservados

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2015

**MM. Juízo de Direito da 4ª Vara do Rio de Janeiro - RJ**

**Juiz Titular Dr. Paulo Assed Estefan**  
Avenida Erasmo Braga, 115 - Centro  
Rio de Janeiro – RJ

Em consonância com o disposto na alínea “c”, inciso II, do artigo 22 da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falências (LREF) – a DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA., Administradora Judicial nomeada, submete à apreciação de V. Exa. este Relatório Mensal de Atividades (“RMA”), referente ao período de dezembro de 2014 a de março de 2015, das empresas Eneva S.A. e Eneva Participações S. A., denominadas em conjunto “Recuperandas” ou “Empresas”.

Nossas observações apresentadas neste Relatório são baseadas em informações contábeis, financeiras e operacionais disponibilizadas nas demonstrações financeiras publicadas com base em 30 de setembro de 2014 pelas Recuperandas além de informações divulgadas em comunicados e fatos relevantes até a data desse relatório.

Este RMA reúne e sintetiza informações e dados que foram fornecidos à Administradora Judicial pelas Recuperandas. Tais informações, tanto de caráter quantitativo como qualitativo, não foram objeto de exame independente nem de quaisquer procedimentos de auditoria por parte da Administradora Judicial, procedimentos estes regulados e normatizados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”), por implicarem em trabalhos específicos não contemplados pela LREF. A Administradora Judicial não garante nem confirma a correção, a precisão ou, ainda, que as informações prestadas pelas Recuperandas estejam completas e apresentem todos os dados relevantes. Dessa forma, não podemos expressar, como de fato não expressamos, uma opinião sobre as demonstrações financeiras das Recuperandas para o período coberto por esse RMA.

Permanecendo à disposição de V.Exa. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

  
Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

Administradora Judicial

Luis Vasco Elias

Sócio

0019

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

10/10

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
<b>Glossário</b>	<b>4</b>
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

1001

<b>AP</b>	Estado do Amapá	<b>CIPP</b>	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
<b>ACR</b>	Ambiente de Contratação Regulada	<b>Comer.</b>	Comércio
<b>ACL</b>	Ambiente de Contratação Livre	<b>Cont.</b>	Continuação
<b>Administradora Judicial</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.	<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica	<b>CVU</b>	Custo variável declarado por MWh
<b>AGC</b>	Assembleia Geral de Credores	<b>DIP</b>	Debt In Possession - Financiamento efetuado após recuperação que será convertido em capital
<b>AGE</b>	Assembleia Geral Extraordinária	<b>DJE</b>	Diário de Justiça Eletrônico
<b>AJ</b>	Administrador Judicial	<b>EDP</b>	Energias do Brasil S.A.
<b>Bi</b>	Bilhões	<b>Empreend.</b>	Empreendimentos
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento	<b>Grupo ou Grupo Eneva</b>	Eneva S.A. e empresas controladas
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<b>Ger.</b>	Geração
<b>BM&amp;FBovespa</b>	Companhia que administra mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos	<b>GW</b>	Gigawatt
<b>CADE</b>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<b>IBMEC</b>	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
<b>CCEE</b>	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	<b>IBGC</b>	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
<b>CCEAR</b>	Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado	<b>ICB</b>	Índice de Custo Benefício de Empreendimentos de Geração Termelétrica
<b>CE</b>	Estado do Ceará	<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
<b>CEO</b>	Chief Executive Officer – Diretor Executivo	<b>Itaqui</b>	UTE Termo Maranhão ou, atualmente, UTE Porto do Itaqui
<b>CFO</b>	Chief Financial Officer – Diretor Financeiro	<b>IRRF</b>	Imposto de renda retido na fonte

<	Milhares	R\$, R\$k, R\$m	Reais, milhares de reais e milhões de reais
_LC	Limited Liability Company	Recuperandas	Empresas do Grupo Eneva que estão em Recuperação Judicial (Eneva S. A. e Eneva Participações S. A.)
n	Milhões	RMA	Relatório Mensal de Atividades
NYU	New York University	RJ	Recuperação Judicial
RJ	Estado do Rio de Janeiro	RS	Estado do Rio Grande do Sul
_REF	Lei N° 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, que regula a Recuperação Judicial, a Extrajudicial e a Falência do empresário e da sociedade empresária	SEMA	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão
MA	Estado do Maranhão	SIN	Sistema Interligado Nacional
MBA	Master of Business Administration	SPE	Sociedade de Propósito Específico
MW	Megawatt	TAC	Termo de ajustamento de conduta
MWh	Megawatt-hora	TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Particip.	Participações	TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Pecém I	UTE Porto do Pecém	TUSD	Tarifas de uso do sistema de distribuição
PGN	Parnaíba Gás Natural	TUST	Tarifas de uso do sistema de transmissão
PIE	Produtores Independentes de Energia	UTE	Usina Termelétrica de Energia
PLD	Preço de liquidação das diferenças – preço da energia no mercado de curto prazo		
PPA	Em inglês <i>Power Purchase Agreement</i> - Contrato de Compra e Venda de Energia		
PRJ	Plano de Recuperação Judicial		
PUc-RJ	Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro		

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
<b>Sumário Executivo</b>	<b>7</b>
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

## Informações relevantes sobre o Grupo

Destques	Comentários
<b>Aumento de capital</b>	<p>Em 1º de agosto de 2014, a Eneva S.A concluiu a emissão de 137.581.638 ações ordinárias, a um preço de R\$ 1,27 por ação, que totalizou R\$174,7 milhões. As ações foram subscritas pela E.On (R\$120m) e pelo Banco Citibank S.A, (R\$42,0m), e no caso do banco, o valor foi utilizado para antecipar o pagamento da dívida da Eneva com o mesmo. Sendo assim, a E.On passou a deter aproximadamente 42,9% do capital da Eneva, enquanto o Sr. Eike Batista passou a deter aproximadamente 20% (conforme demonstrado na seção "Recuperandas").</p>
<b>Venda de 50% da participação de Pecém II</b>	<p>Em 14 de julho de 2014, a Eneva S.A realizou a venda para E.On de 50% das ações emitidas por Pecém II. Foi recebido R\$408m, valor composto por 50% do valor contábil do ativo e uma parte do mútuo concedido pela Eneva a Pecém II. A Eneva e a E.On se tornaram acionistas, cada uma com participação de 50%, de uma SPE que detém 100% das ações emitidas por Pecém II. Em função da redução da sua participação, Pecém II passou a ser reconhecida pela método de equivalência patrimonial e contas como imobilizado, empréstimos e financiamentos e resultado foram impactados negativamente, reduzindo seus saldos em consequência. Em contrapartida, o saldo da conta investimentos aumentou.</p>
<b>Queima do estator da Unidade Geradora de Pecém I</b>	<p>Em 25 de agosto de 2014, a queima do estator da Unidade Geradora 01 da usina levou a uma indisponibilidade não programada de geração de 360MW. A usina operou com apenas metade da sua capacidade até o início de dezembro de 2014, por um período de 87 dias. Isso a impediu de gerar a energia contratada (recorrendo a compra de lastro), impactando o resultado da empresa para o período.</p>
<b>Acordo de Parnaíba II com ANEEL</b>	<p>A ANEEL aprovou em 5 de setembro de 2014, um acordo para ajustar obrigações de fornecimento de energia elétrica de Parnaíba II com base nos termos e condições apresentados pela Companhia que, entre outros pontos, incluíram: adiamento da data de início dos CCEARs para 1º de julho de 2016 ou a data que a usina receber autorização para operação comercial o que ocorrer antes e suspensão do pagamento da Tarifa de uso do Sistema de Transmissão (TUST) até julho de 2016. Esse acordo evitou que as penalidades pelo atraso do início da operação da usina incidam na Companhia atualmente.</p>

1025

## Informações relevantes sobre o Grupo

Destques	Comentários
<p><b>Decisão do TJDFT que suspendeu os pagamentos por indisponibilidade para Parnaíba I, III e Pecém II</b></p>	<p>Em 9 de setembro de 2014, o TJDFT julgou e concedeu liminar para Parnaíba I, Parnaíba III e Pecém III com o objetivo de suspender os pagamentos por indisponibilidade das usinas com base em apuração horária. A partir de setembro as usinas passaram a apurar a indisponibilidade pela metodologia de média móvel de 60 meses de disponibilidade efetiva. Adicionalmente, a decisão determinou que a CCEE realizasse os cálculos retroativos pela metodologia de média móvel. Essa suspensão impactou positivamente o caixa da empresa uma vez que reduziu as saídas em função da suspensão dos pagamentos, além de impactar positivamente também o resultado.</p>
<p><b>Recálculo de pagamentos de indisponibilidade de Pecém I e Itaqui</b></p>	<p>Em 20 de setembro de 2014, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os reembolso de indisponibilidade desde o início das operações de Pecém I e de Itaqui utilizando a metodologia de média móvel de 60 meses da disponibilidade efetiva. Como resultado da decisão, a partir de 10 de novembro de 2014, as usinas já foram reembolsadas num valor de R\$366m. Os impactos no caixa da empresa serão refletidos no próximo relatório financeiro.</p>
<p><b>Reajuste de custo dos arrendamentos de Parnaíba I</b></p>	<p>Em julho de 2014, o arrendamento fixo da Unidade de Tratamento de Gás que atende Parnaíba I aumentou para R\$12,3m/mês, conforme os termos previstos em contrato. Adicionalmente, nesse mês foi contabilizado R\$23,4m em pagamentos pendentes de meses anteriores do ano de 2014. Esse reajuste impactou o resultado da Companhia.</p>
<p><b>Dependência do gás da Parnaíba</b></p>	<p>Atualmente, o Complexo Termelétrico depende exclusivamente do gás produzido pela PGN. Uma vez que a geração das usinas Parnaíba I e III é relevante para o Grupo, um eventual problema no fornecimento do gás pode se configurar um risco para a Eneva.</p>

2015

<b>Seção</b>	<b>Página</b>	<b>As Recuperandas</b>	<b>Página</b>
Índice	3	Atuação no setor	11
Glossário	4	Acionistas	12
Sumário Executivo	7	Organograma	13
<b>As Recuperandas</b>	<b>10</b>	Portfólio	14
Setor elétrico	18	Governança Corporativa	15
Regulamentação do setor	23	Colaboradores	17
Histórico	32		
Endividamento conforme edital do AJ	38		
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40		
Informações operacionais	43		
Informações financeiras	55		
Plano de Recuperação Judicial	67		
Cronograma processual	72		
Acompanhamento processual	74		

## O Grupo Eneva atua nos setores de geração e comercialização de energia e desenvolve atividades por vários Estados do Brasil

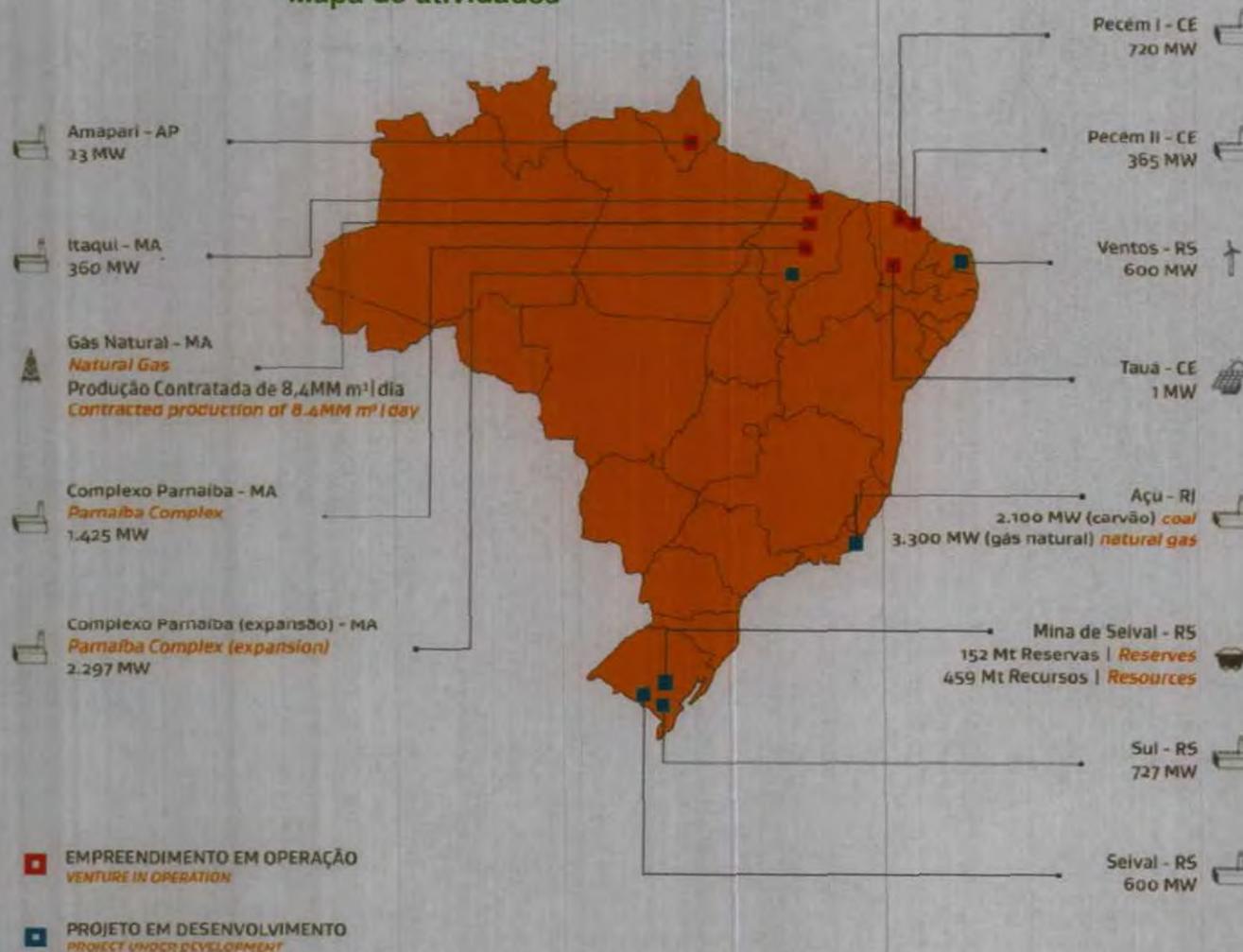
### Atuação do Grupo

- O Grupo Eneva possui atuação diversificada nos setores de geração e comercialização de energia elétrica, com negócios complementares em exploração e produção de gás natural.
- Sua base de geração de energia está concentrada em fontes térmicas (carvão mineral, gás natural e óleo diesel), desenvolvendo também fontes complementares, como a energia solar e projetos de geração eólica.
- No Brasil, as atividades desenvolvidas pelas sociedades operacionais controladas direta ou indiretamente pela Eneva estão espalhadas por vários Estados brasileiros.

### Legenda

-  Usina termelétrica
-  Energia solar
-  Carvão mineral
-  Energia eólica
-  Reservas de gás natural

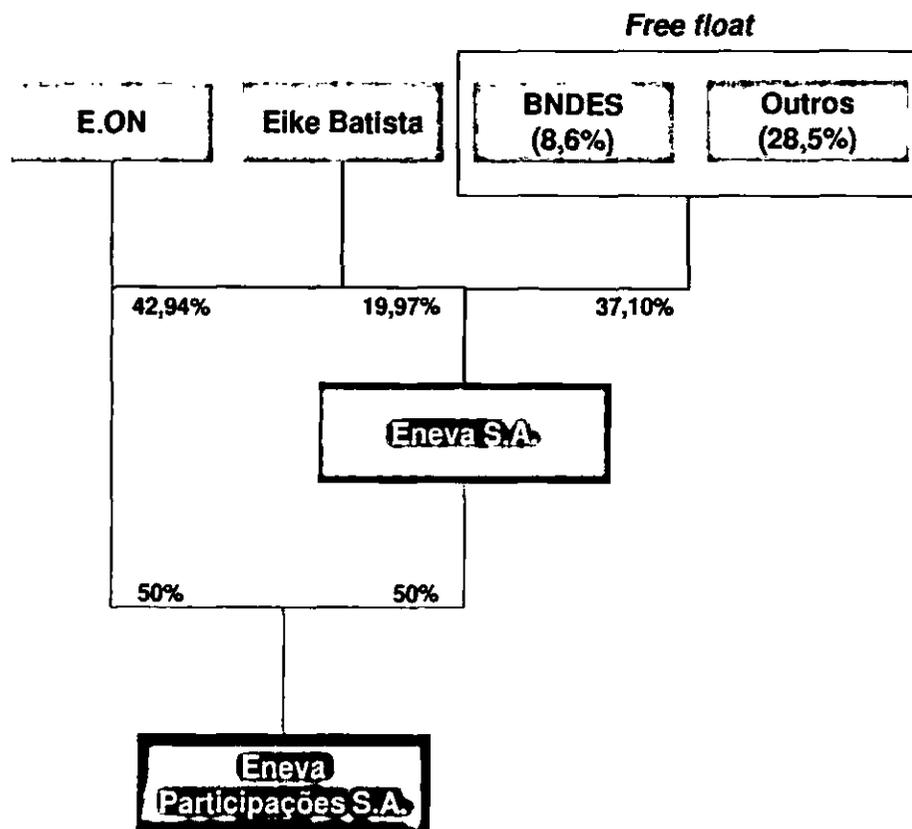
### Mapa de atividades



Fonte: Plano de Recuperação Judicial (fevereiro/2015)

2015

A E.ON possui participação societária na Eneva S.A. e na Eneva Participações S.A. por meio de sua subsidiária DD Brazil Holdings S.A.R.L.



Fonte: Apresentação institucional (janeiro/2015)

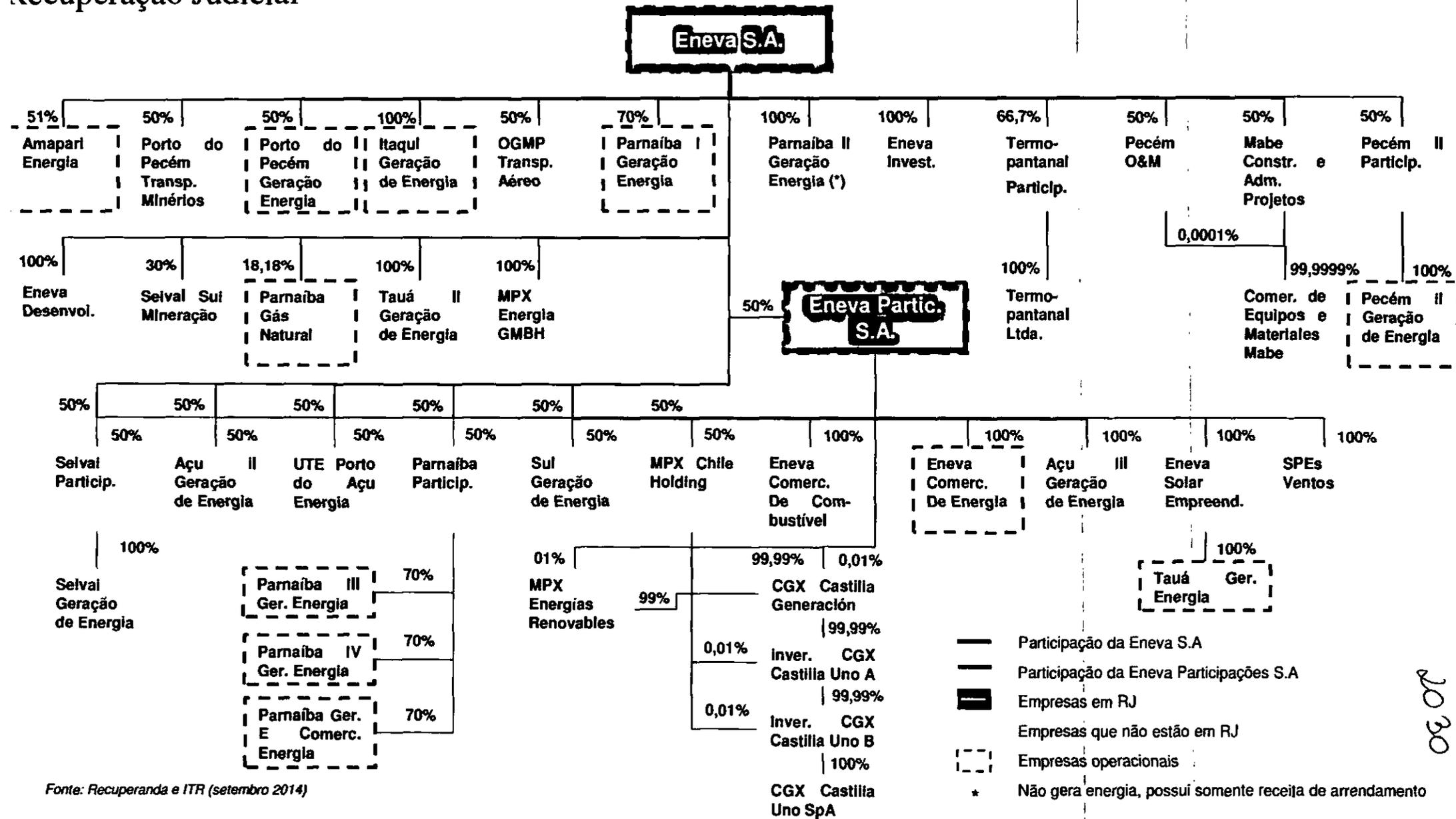
### ENEVA S.A. (Recuperanda)

- Constituída em 2001 sob a denominação de MPX Energia, a ENEVA S.A. foi criada com o propósito de investir em companhias e usinas do setor de geração de energia termelétrica no Brasil. Tratava-se do braço operacional do Grupo EBX no segmento de geração e comercialização de energia.
- A ENEVA é detentora de quatro grupos de ativos principais: Geração, Recursos Naturais, Recursos Renováveis e Projetos Térmicos, sendo que a sua principal atividade econômica é a geração e comercialização de energia elétrica, com negócios complementares em exploração e produção de gás natural.
- Controlada diretamente pela E.ON por meio de sua subsidiária DD Brazil Holdings S.A.R.L. e pelo Sr. Eike Fuhrken Batista (o qual detém, direta e indiretamente por meio da Centennial Asset Mining Fund LLC e da Centennial Asset Equity Fund LLC, 19,97% do capital social da Companhia).
- A DD Brazil Holdings S.A.R.L é uma empresa do grupo alemão E.ON constituída conforme as leis de Luxemburgo.
- A Centennial Asset Equity Fund LLC, a Centennial Asset Mining Fund LLC e a DD Brazil Holdings S.A.R.L possuem como objeto social a participação em outras sociedades.

### ENEVA Participações S.A. (Recuperanda)

- Anteriormente denominada MPX E.ON Participações S.A, a Eneva Participações S.A foi constituída em 2012 e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, no Brasil ou no exterior.
- É resultado da joint venture entre a ENEVA S.A. e a E.ON (por meio de subsidiária DD Brazil Holdings S.A.R.L) e busca investir em projetos de geração de energia das mais diversas naturezas, incluindo plantas térmicas, eólicas e solares. A estrutura da Eneva Participações foi concebida com o objetivo de otimizar as complementaridades dos dois grupos.

O Grupo Eneva estrutura-se a partir da holding Eneva S.A. e desdobra-se em diversas subsidiárias operacionais e não operacionais. Somente a Eneva S.A. e Eneva Participações SA. encontram-se em Recuperação Judicial



Fonte: Recuperanda e ITR (setembro 2014)

- Participação da Eneva S.A.
- Participação da Eneva Participações S.A
- Empresas em RJ
- Empresas que não estão em RJ
- - - - - Empresas operacionais
- \* Não gera energia, possui somente receita de arrendamento

2030

## O portfólio do Grupo é composto de projetos operacionais em cinco localidades distintas e projetos Greenfield

### Portfólio operacional

O portfólio operacional do Grupo é composto pelas unidades:

- **Itaquí Geração de Energia S.A.:** a planta Itaquí, usina termelétrica a carvão térmico, está localizada nas proximidades do Porto de Itaquí, no Estado do Maranhão, e sua capacidade de geração de energia é de 360 MW com contrato de venda de energia firmado a partir de 2012.
- **Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (em parceria com a EDP – Energias do Brasil S.A.) e Pecém II Geração de Energia S.A.:** as usinas termelétricas a carvão pulverizado estão localizadas na região do Porto do Pecém, no Estado do Ceará, possuindo capacidades instaladas de 720 MW e 360 MW, respectivamente.
- **Tauá Geração de Energia Ltda.:** ainda na região do Ceará, encontra-se localizada a Tauá, empresa de geração de energia solar, que possui licenciamento ambiental aprovado para capacidade de geração de energia de 5MW, com uma unidade de 1MW já instalada e operacional.
- **Amapari Energia S.A.:** produtor Independente de Energia (PIE) em parceria com a Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., no sistema isolado, compreende uma usina termelétrica de geração de energia a partir do óleo diesel, localizada no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá, com capacidade instalada de 23 MW.
- **Parnaíba I Geração de Energia S.A., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.:** o Complexo Parnaíba, complexo de geração térmica a gás natural, encontra-se localizada estrategicamente no bloco PN-T-68 da Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. O projeto é composto por 4 (quatro) usinas de geração térmica, sendo 3 (três) já operacionais e todas juntas terão potência total de 3.722 MW.

### Projetos Greenfield

Os projetos *greenfield* são aqueles em que ainda são necessários investimentos na construção da estrutura necessária para a operação.

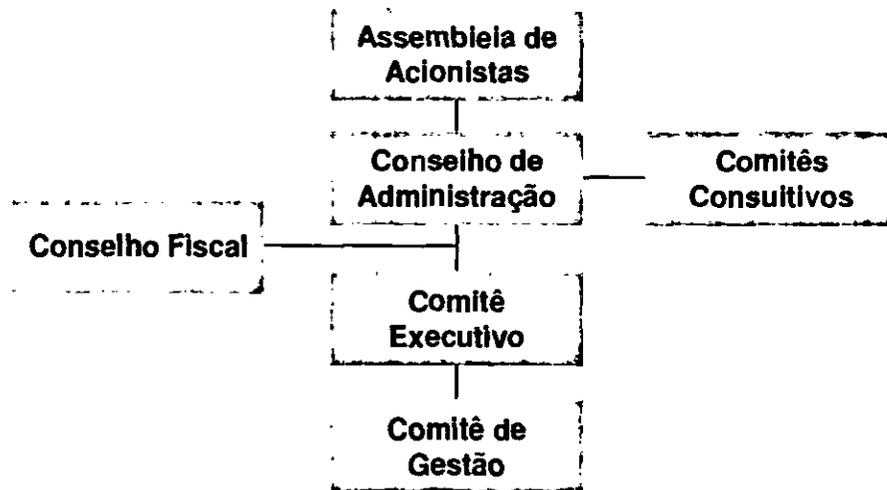
- Os Projetos Greenfield da Companhia são compostos por:
- **UTE Porto do Açú Energia S.A e Açú III Geração de Energia Ltda.:** Açú é o complexo de geração greenfield licenciado no Sudeste do Brasil, com 5,4 GW. A Companhia possui licença de instalação, emitida pelo Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA), para 2.100 MW, utilizando carvão mineral importado como combustível. Além disso, possui licença prévia para a construção de uma usina térmica a gás natural com capacidade de 3.330 MW. Os dois projetos estão localizados próximos à subestação de Campos dos Goytacazes e aos blocos exploratórios de gás natural da Bacia de Campos.
- **Seival Sul Mineração Ltda.:** a mina de Seival Sul, localizada no Município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, possui reservas comprovadas de 152 milhões de toneladas de carvão mineral. Nesta mesma área, está sendo prevista a construção dos projetos termelétricos de Sul e Seival, usinas com capacidade instalada projetada de 727 MW e 600 MW, respectivamente, sendo que, a partir da integração com a mina de Seival Sul, pretendem ser o suprimento de combustível garantido por 30 anos.
- **Sul Geração de Energia S.A.:** os Complexos Eólicos Ventos, com capacidade projetada de até 600 MW e planejamento de expansão para 600 MW adicionais, totalizando 1.200 MW, são localizados no nordeste do Brasil.

2034

A administração da Eneva S.A. é composta por um Conselho de Administração que possui um Comitê de Auditoria não estatutário como órgão de assessoramento e por uma Diretoria

### Governança Corporativa

- A governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal (para referência – IBGC)
- A administração da Eneva S.A. é composta por um Conselho de Administração que possui um Comitê de Auditoria não estatutário como órgão de assessoramento, e por uma Diretoria. O Conselho Fiscal da Companhia é um órgão não permanente e não encontra-se constituído no momento.
- As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBovespa, uma seção destinada à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.



Fonte: <http://ri.eneva.com.br> (fevereiro/2015)

### Conselho de Administração

- Segundo a BM&FBovespa, cabe ao conselho de administração - como representante dos acionistas - fazer com que a empresa aproveite as oportunidades e cumpra com suas obrigações junto aos seus representados, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidades nas quais atua. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por:
  - **Fabio Bícudo – Presidente**
    - Mais recentemente, foi Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da ENEVA S.A. Antes disso, Fabio foi co-diretor do banco de investimentos do Goldman Sachs no Brasil e membro do comitê de gestão deste mesmo banco no Brasil.
  - **Jorgen Kildahi – Membro do Conselho**
    - Graduado pela Norwegian School of Economics and Business Administration, com mestrado em Ciências Econômicas e MBA em Finanças. Atualmente é membro da Diretoria da E.ON AG, em Düsseldorf, Alemanha.
  - **Keith Plowman – Membro do Conselho**
    - Graduado pela UWIST em engenharia, com MBA pela Aston University. Atualmente é Chefe de Operações da E.ON International Energy.
  - **Adriano Castello Branco – Membro do Conselho**
    - Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com pós-graduação em Direito Empresarial pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de Capitais – IBMEC, bem como participou de curso de Fusões e Aquisições pela Universidade de Nova Iorque (NYU). É diretor do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial – IBRADEMP.

1032

Os Diretores da Eneva S.A são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração

#### Conselho de Administração (cont.)

- **Marcos Grodetzky – Membro Independente do Conselho**
  - Graduiu-se em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1978 e participou do Senior Management Program da INSEAD /FDC em 1993. Com experiência de quase 30 anos na Indústria Financeira, atualmente é membro independente do Conselho de Administração da Smiles S.A. (desde 2014) e é Diretor Financeiro da União Israelita Brasileira do Bem Estar Social - UNIBES, entidade filantrópica sem fins lucrativos.

#### Diretoria Executiva

- Os Diretores da Eneva S.A são os seus representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. A diretoria é composta por:
- **Alexandre Americano - CEO e Diretor Jurídico e Regulatório (estatutário)**
  - Trabalhou anteriormente como Gerente Jurídico na Brasil Ecodiesel e no Grupo BBM (Banco e Holding). Formado em Direito pela PUC-RJ, possui MBA em Finanças e Mercado de Capitais, além de especialização em Direito Corporativo, ambos pela FGV.
- **Ricardo Levy - Vice-Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Financeiro (estatutário)**
  - Ocupou o cargo de CFO na BHG, além de posições executivas na Light. Formado em Administração pela PUC-RJ, tendo cursado também Economia. Possui MBA Executivo em Administração pela Coppead/UFRJ.

#### Diretoria Executiva (cont.)

- **Roel van der Stok - Diretor de Operações (não estatutário)**
  - Ex-COO da E.ON Anlagenservice. Atuou também como gerente da divisão de usinas de geração da E.ON na Alemanha, além de ter sido head de gestão de ativos da E.ON Benelux. Possui Mestrado em Engenharia e MBA
- **Pedro Litsek - Diretor de Assuntos Corporativos (não estatutário)**
  - Engenheiro Mecânico formado na PUC, possui Doutorado em Engenharia Mecânica pela Duke University e MBA pela Coppead (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Iniciou no grupo em 2007 como gerente de projetos e o ocupou cargos como Diretor de Desenvolvimento de Negócios na Eneva Participações.

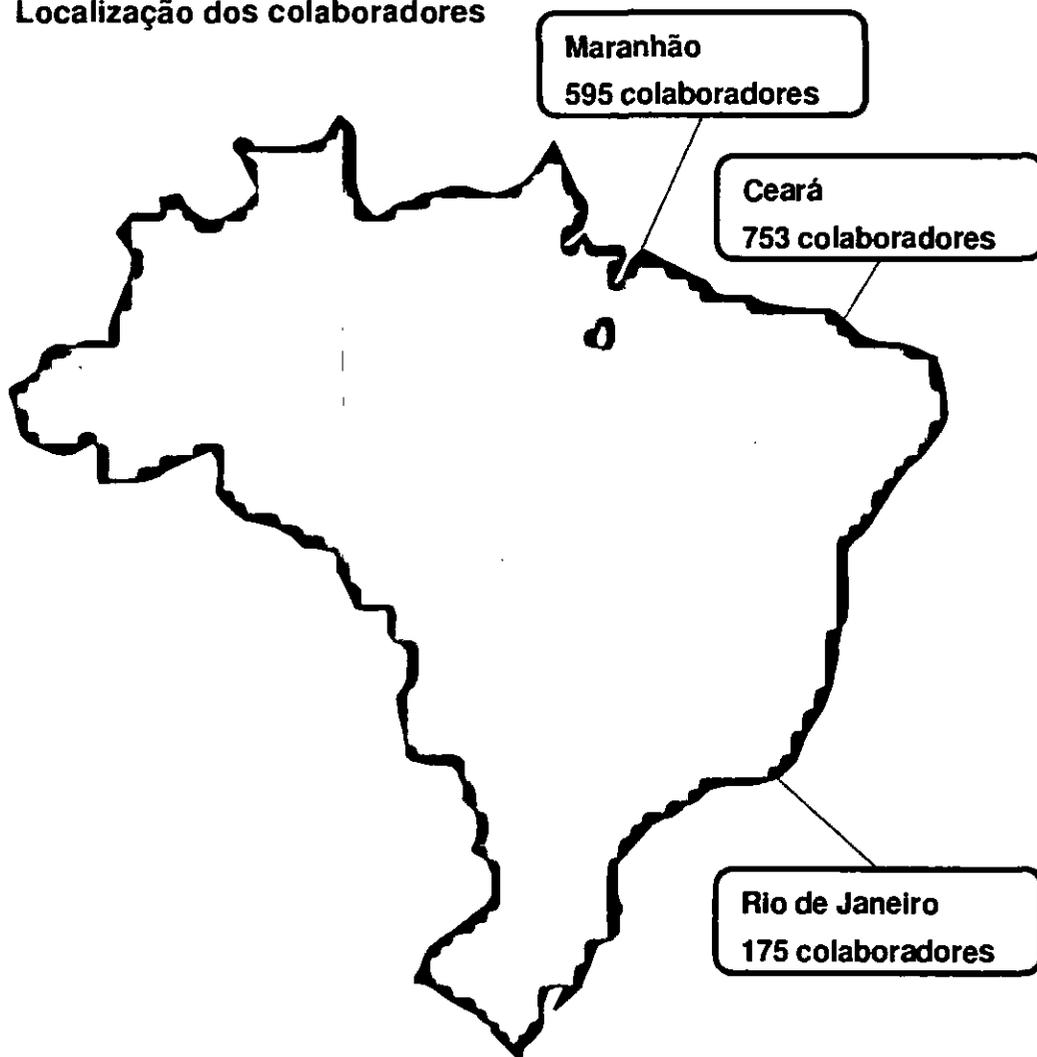
#### Remuneração dos acionistas

- A política de remuneração da Administração e da diretoria não estatutária da Companhia é composta por (i) uma remuneração fixa, cujo montante máximo é estabelecido pela Assembleia Geral Ordinária (administradores) e pelo Conselho de Administração (diretoria não estatutária), que poderá, conforme o caso incluir benefícios diretos ou indiretos; (ii) uma parcela variável; e (iii) uma parcela baseada em ações - outorga de opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ("Opções").
- Esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais na administração da Companhia.

2009

## Quadro de colaboradores das Recuperandas e sua evolução

### Localização dos colaboradores



### Colaboradores

O grupo Eneva possui atualmente um quadro com 1523 colaboradores, sendo 768 funcionários e 755 terceirizados.

- No Maranhão estão localizados 595 colaboradores, sendo 240 empregados e 355 terceirizados que atuam nas usinas de Itaqui e no Complexo da Parnaíba (São Luiz e Santo Antônio dos Lopes).
- 753 colaboradores (403 empregados e 350 terceirizados) estão localizados no Ceará e atendem às usinas de Pecém I e Pecém II (Fortaleza e São Gonçalo do Amarante).
- No Rio de Janeiro estão localizados os funcionários das Recuperandas Eneva Participações S.A. e Eneva S.A.. Totalizam 175 colaboradores, sendo 125 empregados e 50 terceirizados.

### Quadro evolutivo das Recuperandas

Mesmo com a piora na situação financeira das companhias, as Recuperandas apresentaram pouca redução do seu quadro de colaboradores. Entre 2012 houve uma redução de 61 terceirizados, que não foi totalmente compensada pela contratação de 25 empregados, ocasionando uma redução no total de colaboradores.

Entre 2013 e março de 2015, houve uma redução de 46 empregados em função da política de redução de despesas, porém houve um aumento de 45 terceirizados decorrentes da alteração do prestador de serviço de TI, para que atenda a empresa de forma remota. O número total de colaboradores se manteve estável

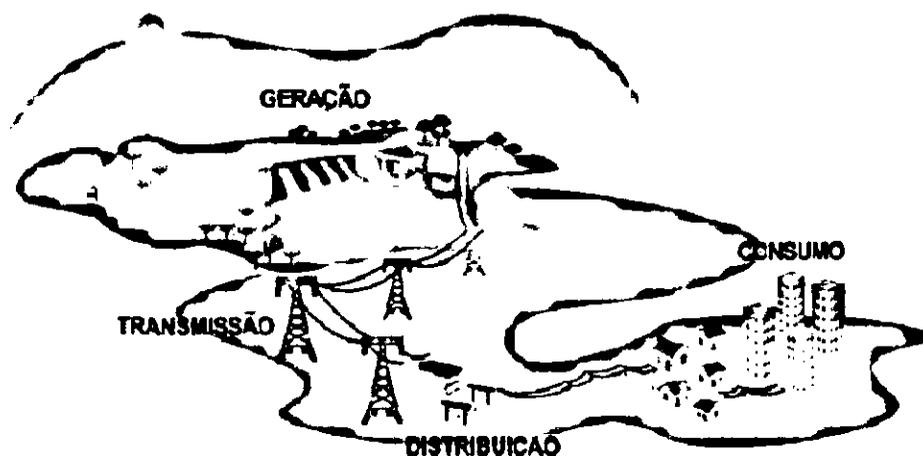
Colaboradores - RJ	2011	2012	2013	mar/15
Empregados	119	146	171	125
Terceirizados	41	66	5	50
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>212</b>	<b>176</b>	<b>175</b>

Fonte: Recuperandas (4/3/2015)

<b>Seção</b>	<b>Página</b>	<b>Setor elétrico</b>	<b>Página</b>
Índice	3	Segmentos	19
Glossário	4	Matriz energética Brasileira	21
Sumário Executivo	7		
As Recuperandas	10		
<b>Setor elétrico</b>	<b>18</b>		
Regulamentação do setor	23		
Histórico	32		
Endividamento conforme edital do AJ	38		
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40		
Informações operacionais	43		
Informações financeiras	55		
Plano de Recuperação Judicial	67		
Cronograma processual	72		
Acompanhamento processual	74		

2035

O setor energético brasileiro está estruturado pelas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia



Fonte: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)

- O setor elétrico brasileiro é composto basicamente por agentes geradores, linhas de transmissão e de distribuição de energia, as quais compõem a chamada "indústria de rede". Todo o sistema é eletricamente conectado, exigindo o balanço constante e instantâneo entre tudo o que é produzido e consumido.

### Geração (competição em preços)

- A geração é o segmento responsável por produzir energia elétrica e injetá-la nos sistemas de transporte (transmissão e distribuição) para que chegue aos consumidores.
- Em relação ao número de usinas, a maioria dos empreendimentos do setor são de usinas termelétricas de médio porte, as quais são movidas por combustíveis como gás natural, biomassa, óleo diesel, óleo combustível e carvão mineral. Porém, quando considera-se a capacidade instalada de geração, praticamente 65% da energia elétrica produzida no país advém de usinas hidrelétricas.

### Transporte (Transmissão e Distribuição – tarifas reguladas)

- **O segmento de transmissão:** transporta grandes quantidades de energia provenientes das usinas geradoras. A interrupção de uma linha de transmissão pode afetar cidades inteiras ou até mesmo estados.
- No Brasil, as concessionárias que operam nesse segmento são responsáveis pela administração e operação de mais de cem mil quilômetros de linhas de transmissão espalhadas pelo país, conectando os geradores aos grandes consumidores ou às empresas distribuidoras.
- **O segmento de distribuição:** recebe grande quantidade de energia do sistema de transmissão e a distribui de forma pulverizada para consumidores médios e pequenos. Existem também unidades geradoras de menor porte, normalmente menores do que 30 MW, que injetam sua produção nas redes do sistema de distribuição.
- No Brasil, as concessionárias desse segmento são responsáveis pela administração e operação principalmente das redes de média e baixa tensão, como aquelas instaladas nas ruas e avenidas das grandes cidades. É a empresa distribuidora quem faz com que a energia elétrica chegue às residências e pequenos comércios e indústrias.
- A transmissão e a distribuição de energia, no Brasil, tem seus preços regulados pela ANEEL, inserindo-se no contexto dos contratos de concessão, que usualmente contam com mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela agência reguladora.

### Comercialização (competição em preços)

- Segmento relativamente novo, tanto no Brasil quanto no mundo. No Brasil, o primeiro contrato de comercialização de energia elétrica, ocorreu em 1999.
- Desde então, o mercado vem crescendo significativamente, consolidando suas transações de compra e venda prioritariamente por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, sujeitos a regulação do setor.

O principal negócio da Eneva é a geração de energia elétrica, embora possua também atuação na comercialização e em setores como mineração e produção de gás natural

### Atuação da Eneva no setor energético

#### Geração:

- O grupo tem na geração de energia elétrica o seu principal negócio e atualmente, atua nos submercados Norte e Nordeste e possui projetos em estudo e desenvolvimento, cuja construção não foi iniciada, nos submercados Sul e Sudeste.
- Sua base de geração tem predominância de fontes térmicas (carvão mineral, gás natural e óleo diesel), mas conta também com fontes complementares, como as energias solar e eólica.
- No segmento de geração, os atuais contratos de venda de energia dos quais as subsidiárias da Companhia são parte na condição de vendedoras no ambiente regulado são de longo prazo (15, 20 ou 25 anos), com receita fixa atualizada pelo IPCA e com garantia de repasse dos custos variáveis.
- Neste segmento a Companhia possui como principais competidores: (i) Eletrobrás; (ii) Grupo GDF Suez; (iii) EDP; (iv) Cemig; (v) Copel; e (vi) Petrobrás.

#### Comercialização:

- A empresa do Grupo autorizada a atuar como agente comercializador de energia no âmbito do SIN é a Eneva Comercializadora de Energia Ltda.
- A receita proveniente da comercialização de energia é resultante da comercialização de energia elétrica comprada para revenda pela Eneva Comercializadora de Energia Ltda.
- Em razão da adoção pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, de novas regras contábeis (IFRS 11), a ENEVA Comercializadora passou a ser registrada por meio de equivalência patrimonial, e sendo assim, não é possível identificar diretamente seu impacto no resultado do grupo.
- No segmento de comercialização de energia elétrica, a Companhia possui como principais competidores: (i) CPFL; (ii) EDP; (iii) BTG Pactual e (iv) Comerc.

### Atuação da Eneva em outros setores

- Além dos empreendimentos e projetos de geração de energia, o grupo atua na gestão dos recursos naturais necessários a tal geração – como carvão mineral e gás natural.
- Segundo as Recuperandas, os investimentos em ativos minerais tem o objetivo de abastecer as plantas de geração de energia.

#### Produção de gás natural:

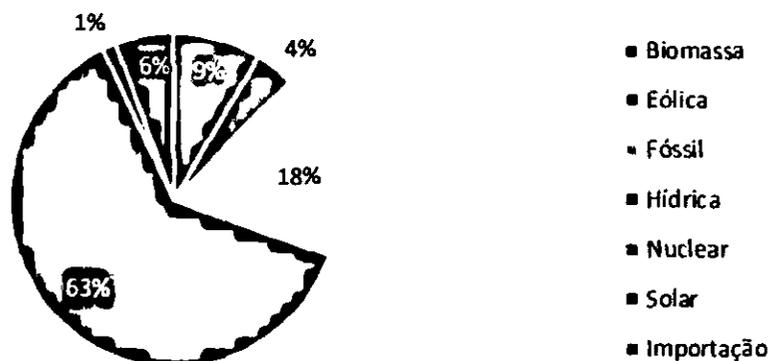
- O grupo detém, em parceria com a OGPar, uma participação em oito blocos exploratórios com alto potencial de gás natural na Bacia do Parnaíba, estado do Maranhão, Brasil, através da Parnaíba Gás Natural, sendo 1 bloco em parceria com o consórcio formado por Imetame Energia, DELP Engenharia Mecânica, Orteng Equipamentos (50%/ 50%), e outros 7 blocos em parceria com a Petra Energia S.A., nos quais a Parnaíba Gás Natural detém 70%.
- As usinas de geração da Companhia serão também as principais consumidoras do gás natural produzido nos blocos da Parnaíba Gás Natural.

#### Mineração:

- Adicionalmente, a Companhia investe em ativos de carvão no sul do Brasil. A Seival Sul Mineração Ltda., localizada no município de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, com licença de operação já emitida, possui 152 milhões de toneladas de reservas provadas e 459 milhões de toneladas de recursos totais, de acordo com relatório da *John T. Boyd*.
- A companhia está localizada próxima às usinas termelétricas Sul e Seival da Companhia, caracterizando a integração do combustível com a geração de energia.
- A empresa encontra-se em fase pré-operacional.

## A matriz energética Brasileira é composta predominantemente por recursos hídricos, suscetíveis a mudanças do ciclo hidrológico

### Matriz Energética no Brasil (fevereiro de 2015)



Fonte: ANEEL (fevereiro/2015)

### Matriz energética no Brasil

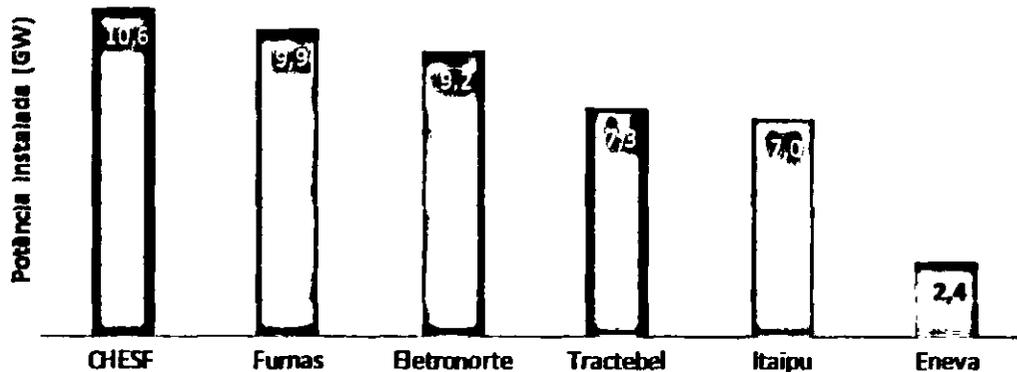
- O Brasil possui 3.629 usinas com capacidade instalada total de 143 GW, segundo dados da ANEEL (fevereiro de 2015).
- Essa capacidade instalada inclui o Sistema Interligado Nacional (SIN), os Sistemas Isolados, as interligações internacionais já em operação e também a parcela da geração de energia de Itaipu importada do Paraguai.
- O Sistema Interligado Nacional e Sistemas Isolados abrangem as instalações de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.
- Aproximadamente 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país encontra-se fora do SIN, ou seja, nos chamados Sistemas Isolados, compostos por sistemas elétricos de menor porte localizados, principalmente, na região amazônica.

### Fontes de geração de energia elétrica

- **Hídrica:** historicamente, a principal fonte de geração de energia brasileira tem sido a hidrelétrica, representando 63% da capacidade instalada total em operação atualmente.
- O risco de desabastecimento e eventuais quedas no fornecimento de energia tem estimulado o governo à criação de incentivos a fontes alternativas de geração de energia. Como consequência, a participação das hidrelétricas na matriz energética brasileira vem diminuindo gradativamente desde 2001. Dessa forma, nota-se a participação cada vez mais significativa de fontes alternativas de geração de energia, renováveis ou não, com destaque para os combustíveis fósseis.
- **Fóssil:** a energia proveniente do carvão mineral, gás natural, petróleo e outros fósseis compõem a matriz de combustível fóssil e tem apresentado crescimento ao longo dos anos, sendo que hoje representa 18% da matriz brasileira.
- **Biomassa:** a biomassa é a matéria de origem vegetal ou animal que pode virar energia, dentre eles o bagaço de cana e os resíduos florestais. A biomassa vem ampliando sua participação na matriz energética brasileira e hoje atinge uma participação de 9% do total de energia gerada.
- **Eólica:** energia renovável decorrente da transformação da energia do vento em energia útil, tal como na utilização de aerogeradores para produzir eletricidade ou moinhos de vento para produzir energia mecânica. A energia eólica representa hoje, 4% da matriz energética.
- **Importação:** energia importada do Paraguai, Argentina, Venezuela e Uruguai.
- **Nuclear:** energia elétrica gerada por uma fonte nuclear obtida a partir do calor da reação do urânio. Possui pouca representatividade no Brasil (1%)
- **Solar:** refere-se à energia proveniente da luz e do calor do Sol. No Brasil é pouco representativa (0,01%).

## A Eneva atua na geração de energia por meio de combustíveis fósseis e energia solar

### CAPACIDADE INSTALADA (EM OPERAÇÃO) DOS MAIORES AGENTES



Fonte: ANEEL. (fevereiro/2015)

### Participação da Eneva no setor energético

- O setor elétrico é bastante pulverizado, possuindo 3.629 agentes gerando energia através de diversas fontes. O principal agente do setor, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) possui 7% da capacidade instalada em operação no Brasil. A empresa AES Tietê, que ocupa a 10ª posição entre os maiores agentes possui 1,9% da capacidade instalada em operação.
- A participação da Eneva na matriz energética brasileira é de 2.375.688KW ou 1,7% da capacidade total instalada, por meio de fonte de combustível fóssil e solar, sendo as principais fontes o Carvão Mineral e o Gás Natural (99% da geração total do Grupo).

### Principais fontes de geração da Eneva

#### Combustíveis Fósseis

- **Carvão Mineral:** o Grupo possui usinas de geração de energia a partir do Carvão Mineral por meio de suas subsidiárias Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (em parceria com a EDP – Energias do Brasil S.A.), Pecém II Geração de Energia S.A. e Itaipu Geração de Energia S.A.
- Total da potência fiscalizada pela ANEEL: 1.445.411 KW (60,84% da geração do Grupo)
- **Gás Natural:** atua na geração de gás natural por meio das subsidiárias, Parnaíba I Geração de Energia Ltda., Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A.
- Total da potência fiscalizada pela ANEEL: 907.677 KW (38,21% da geração do Grupo).
- **Óleo Diesel:** Amapari Energia S.A. é a subsidiária responsável pela geração de energia a partir do óleo diesel.
- Total da potência fiscalizada pela ANEEL: 21.600 KW (0,91% da geração do Grupo).

#### Energia Solar

- O Grupo gera 1.000 KW a partir da energia solar, porém, no total de geração do grupo, a participação de energia solar é 0,04%.

2009

<b>Seção</b>	<b>Página</b>	<b>Regulamentação do setor</b>	<b>Página</b>
Índice	3	Marco Regulatório	24
Glossário	4	Agentes Institucionais	25
Sumário Executivo	7	Ambiente de contratação	26
As Recuperandas	10	Impactos regulatórios na Eneva	31
Setor elétrico	18		
<b>Regulamentação do setor</b>	<b>23</b>		
Histórico	32		
Endividamento conforme edital do AJ	38		
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40		
Informações operacionais	43		
Informações financeiras	55		
Plano de Recuperação Judicial	67		
Cronograma processual	72		
Acompanhamento processual	74		

## O setor de energia elétrica no Brasil e sua regulamentação

### Regulamentação do setor

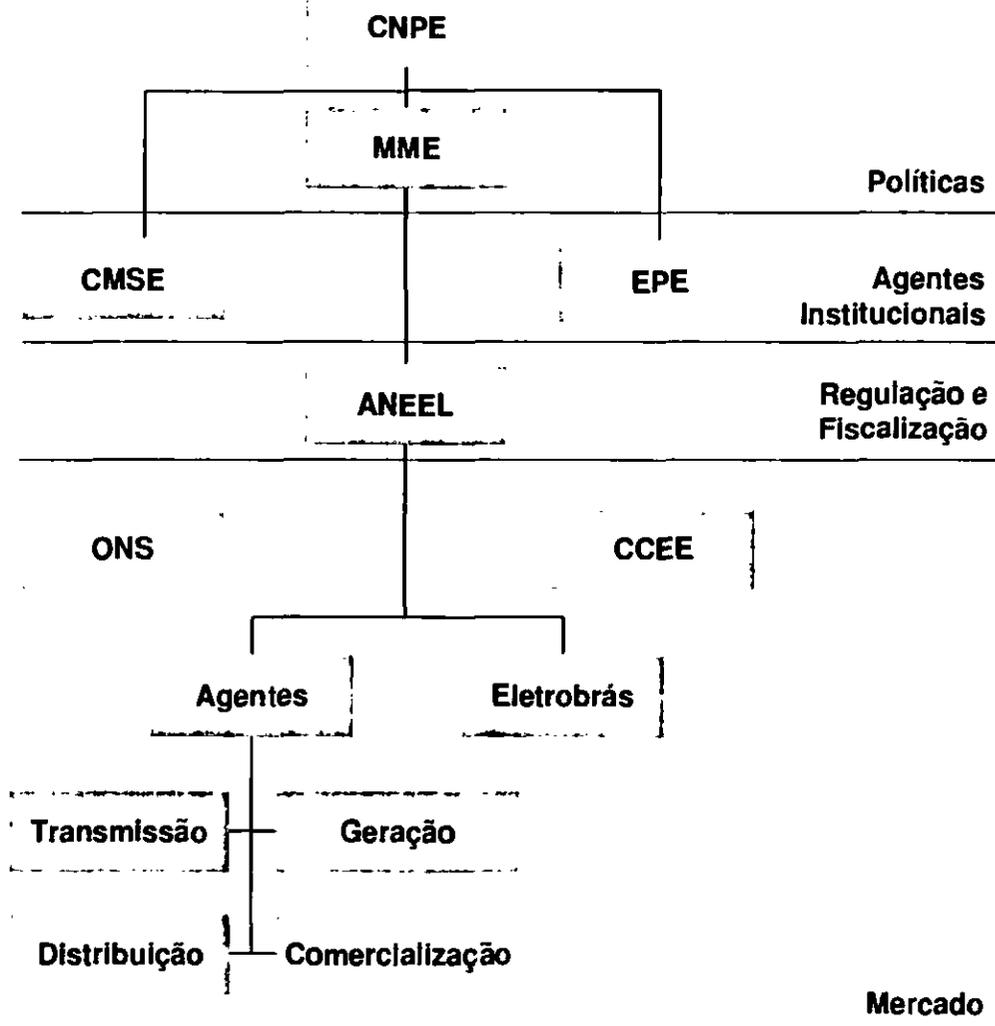
- O atual marco regulatório do setor elétrico iniciou-se em 2003 a partir da edição das Medidas Provisórias 464 e 466, convertidas nas Leis 10.847/2004 e 10.848/2004 (Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico), esta última regulamentada pelo Decreto 5.163/2004.
- O modelo do setor tem três objetivos principais:
  - (i) **Garantir a segurança de suprimento de energia elétrica:** O modelo exige que 100% da demanda por energia no mercado regulado esteja contratada, além de considerar um cálculo mais realista dos lastros de energia (energia assegurada ou garantia física dos empreendimentos);
  - (ii) **Promover a modicidade tarifária, por meio da contratação eficiente de energia:** Os consumidores do mercado regulado adquirem energia das distribuidoras. A modicidade tarifária consiste em assegurar o suprimento de energia de forma confiável, isonômica e a geração mais econômica possível. Para isso, os agentes do mercado regulado serão obrigados a comprar e vender energia através de licitações; e
  - (iii) **Promover a universalização do atendimento no setor elétrico:** garantir o fornecimento de energia para a totalidade dos fornecedores.

### Principais medidas adotadas pelo Novo Modelo

- Para cumprir tais objetivos, foram tomadas as seguintes medidas, também previstas na regulamentação:
  - Criação de dois ambientes de contratação de energia, o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL);
  - Modificação no critério das licitações, sendo que o maior uso pelo bem público foi substituído pelo critério da menor tarifa;
  - Obrigatoriedade das distribuidoras estarem 100% com sua demanda contratada;
  - Desverticalização do setor, ou seja, separação das atividades de geração, distribuição, comercialização e transmissão de energia;
  - Eliminação do self-dealing, ou seja, proibição de contratações bilaterais no ACR entre partes relacionadas sem licitação (o self-dealing pode ser incidental – caso de empresa de geração que vence o leilão promovido pelo Poder Concedente e celebra contratos com distribuidoras do mesmo grupo econômico);
  - Criação de novos agentes institucionais, para monitoramento e execução das políticas do setor;
  - Criação de programas de universalização.

2041

Foram criados novos agentes institucionais para monitoramento e execução das políticas do setor



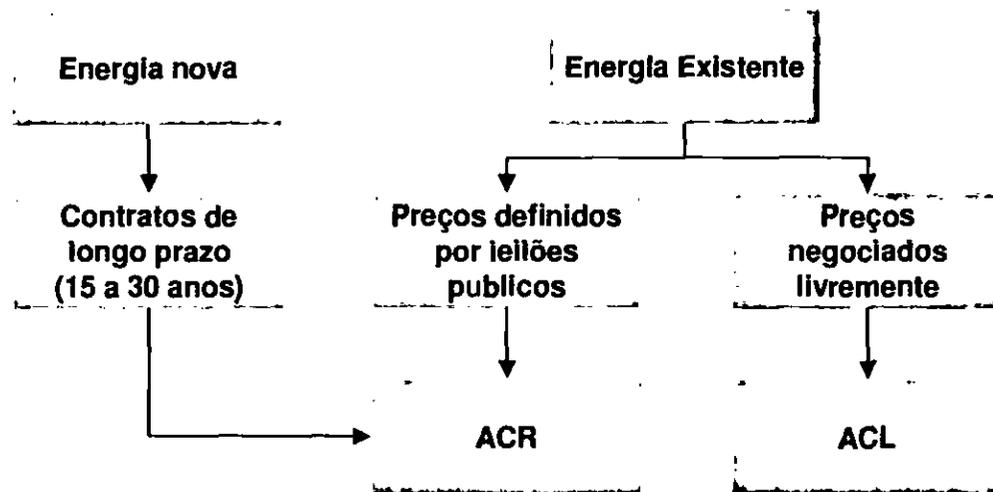
Fonte: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)

### Atuação dos agentes do Sistema

- **Conselho Nacional de Política Energética (CNPE):** criado em 1997, com o objetivo de desenvolver e criar a política nacional de energia.
- **Ministério de Minas e Energia (MME):** é o poder concedente em nome do Governo Federal e tem como principal função o estabelecimento das políticas e diretrizes da regulamentação do setor.
- **Comitê de Monitoramento do Setor de Energia (CMSE):** monitora as condições de fornecimento do sistema, propondo medidas preventivas para restaurar as condições adequadas de atendimento.
- **Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** conduz pesquisas estratégicas no setor elétrico que são usadas para subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME.
- **Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS):** coordena e controla as operações de geração e transmissão do Sistema Interligado.
- **Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):** regula e fiscaliza o setor elétrico de acordo com a política determinada pelo MME, fiscaliza as concessões para atividades de comercialização, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, promulga regulamentação para o setor elétrico, implementa e regulamenta a exploração das fontes de energia elétrica, promove o processo licitatório para novas concessões, define os critérios e metodologia para a determinação das tarifas de transmissão.
- **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE):** viabiliza a comercialização de energia elétrica no SIN, conduzindo os leilões públicos de energia elétrica no Ambiente Regulado.
- **Eletrobrás:** empresa de capital aberto, controlada pelo Governo Brasileiro, atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- **Agentes:** são os agentes que atuam nas atividades de transmissão, geração, distribuição e comercialização.

2042

## o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e o Ambiente de Contratação Livre (ACL)



Fonte: Eneva

### Ambiente de Contratação Livre (ACL)

- No ACL é realizada a venda de energia em termos livremente negociados entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e consumidores Livres.
- Todos os consumidores acima de 3 MW e conectados a níveis de tensão acima de 69 kV, assim como novos consumidores acima de 3 MW, podem tornar-se consumidores desregulados e negociar seus contratos de fornecimento de energia diretamente com geradores e atacadistas no ambiente de contratação livre, sempre respeitando a regra de estar 100% contratado.
- A ANEEL é competente para autorizar o exercício das atividades de PIE para usinas destinadas ao ACL (exceto hidrelétricas) e a atuação como agente comercializador de energia no SIN.

### Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

- Conforme mencionado anteriormente, o novo modelo do setor elétrico criou dois ambientes de comercialização de energia, o ACR e o ACL.
- No Ambiente de Contratação Regulada, as empresas de distribuição compram a energia que esperam comercializar com seus consumidores cativos, por meio de leilões regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica são feitas com as geradoras, comercializadoras e importadores de energia elétrica.
- Os leilões regulados de compra de energia pelas distribuidoras são separados em leilões de energia existente (que visam à renovação de contratos) e leilões de energia nova (para contratação de novas usinas).
- Os vencedores do leilões de energia nova promovidos pelo Poder Concedente tem os seguintes direitos e obrigações principais:
  - (a) são autorizados a estabelecer-se como Produtores Independentes de Energia (PIE) para a implantação e exploração da central geradora que permitiu sua participação no leilão;
  - (b) celebrar Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) com o conjunto de distribuidoras que declararam demanda no leilão.
- Em relação aos agentes termelétricos que participam do ACR a venda de energia se dá através dos CCEAR na modalidade por disponibilidade.
- Contrato de Disponibilidade:** em tal modalidade contratual, o agente gerador é remunerado pelo investimento necessário à construção e manutenção da usina, sendo ressarcido pelos compradores pelos custos de operação incorridos quando ordenado o despacho para geração de energia pelo ONS.

2043

## Leilões de compra de energia e recomposição do lastro de geração

### Leilões de compra de energia

- Os leilões passaram a ser o principal mecanismo utilizado para contratar o suprimento de energia elétrica para as distribuidoras. O primeiro leilão de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes foi realizado em 2004. Já o primeiro leilão de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos ocorreu em dezembro de 2005.

### Leilão de Energia Nova

- O leilão de energia nova tem como finalidade atender ao aumento de carga das distribuidoras. Neste caso são vendidas e contratadas energia de usinas que ainda serão construídas. Este leilão pode ser de dois tipos:
  - A -5 (usinas que entram em operação comercial em até cinco anos) e;
  - A -3 (em até três anos).

### Leilão de Energia Existente

- O leilão de energia existente foi criado para contratar energia gerada por usinas já construídas e que estejam em operação. Geralmente os investimentos dessas usinas já foram amortizados e, portanto, possuem um custo mais baixo.

### Leilão de Ajuste

- Os leilões de ajuste visam adequar a contratação de energia pelas distribuidoras, tratando eventuais desvios oriundos da diferença entre as previsões feitas pelas distribuidoras em leilões anteriores e o comportamento de seu mercado. Como resultado desse leilão, são firmados contratos de curta duração (de três meses a dois anos).

### Mercado de curto prazo (spot)

- O mercado de curto prazo serve para a liquidação das sobras e déficits dos agentes, ou seja, da diferença entre o montante total da energia contratada através de leilão e da energia efetivamente gerada e consumida. As diferenças apuradas são liquidadas nesse mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD é estabelecido por modelo computacional e visa a otimização da operação do Sistema Interligado nacional. O PLD geralmente aproxima-se do custo marginal unitário da última usina despachada.

### Câmara de compensação

- A CCEE é o órgão responsável por assegurar a correta transferência entre agentes geradores, distribuidores e consumidores, dos montantes comercializados via leilão e no mercado de curto prazo. Esta tem a atribuição de aferir os montantes registrados frente aos montantes medidos de geração e de consumo, e é responsável pelo cálculo de PLD e a aplicação das regras de comercialização estabelecidas pela ANEEL.

### Disponibilidades Máximas e Garantias Físicas

- Cada usina do SIN apresenta uma disponibilidade máxima, calculada pela sua potência deduzida das indisponibilidades declaradas. Também possuem uma garantia física, equivalente a uma média de despacho de longo prazo considerando sua disponibilidade máxima e calculada pelos órgãos reguladores com bases em simulações estatísticas hidrológicas (séries de chuvas). Todos os agentes geradores devem zelar em apresentar capacidade média igual ou superior às suas disponibilidades máximas.

2014

## As principais penalidades aplicadas pela CCEE aos agentes geradores de energia

### Penalidades

Existem três principais categorias de penalidades aplicadas pela CCEE aos agentes geradores de energia:

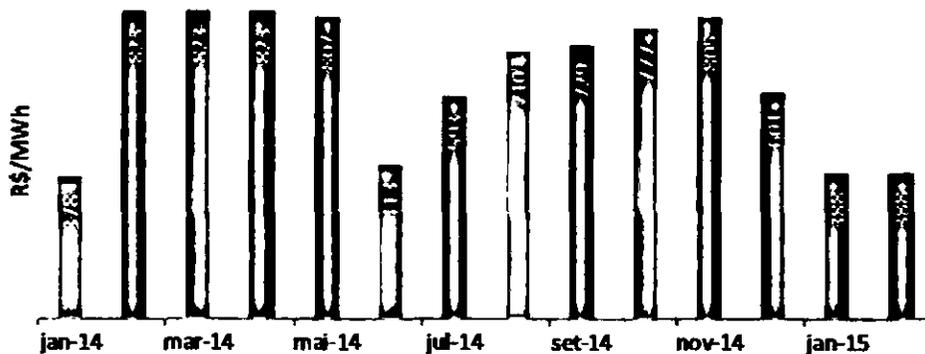
- Penalidades por déficit de geração (ADOMP): tais penalidades são cobradas dos agentes geradores caso estes não apresentem geração compatível com suas disponibilidades máximas. Tais penalidades são aplicadas às geradoras quando estas são despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- Penalidades por déficit de potência (falta de lastro): tais penalidades são cobradas dos agentes geradores caso estes apresentem capacidade de geração de médio prazo, apurado com base em média móvel de 60 meses, inferior às suas garantias físicas. Para evitar tais penalidades, uma geradora com déficit de lastro precisa comprar lastro de uma geradora com excedente de lastro. Diferentemente do ADOMP, o déficit de lastro pode ocorrer mesmo quando a geradora não é despachada pelo ONS.
- Penalidade por falta de combustível: tais penalidades são cobradas dos agentes geradores caso estes não apresentem geração compatível com suas disponibilidades máximas por motivo de falta de combustível. Estas penalidades podem ser cumulativas ao ADOMP.

Os preços da energia no ACR são definidos nos leilões (receita fixa anual) e, no ACL, são influenciados por fatores como o consumo de energia e níveis dos reservatórios das hidrelétricas

### Preço da energia no ACL variam conforme o mercado

- O preço da energia elétrica no mercado livre é influenciado por diversos fatores. No curto prazo, diretamente pelo PLD, que, por sua vez, é influenciado pelos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, condições hidrológicas futuras e previsão de oferta e demanda do sistema elétrico.
- Como o Brasil está enfrentando o terceiro ano de seca consecutivo, com índices pluviométricos muito abaixo da média em pleno período de chuvas, os níveis dos reservatórios estão muito baixos. Somado ao consumo de energia no país que vem aumentando de forma importante, esses fatores impactaram sobremaneira o PLD.
- Em fevereiro de 2014, o PLD atingiu R\$ 822,83 por MWh, valor mais alto da história e o teto estipulado pela ANEEL para o período e se manteve alto ao longo de 2014. Em janeiro de 2015, a ANEEL reduziu o teto para R\$ 388 por MWh.
- No longo prazo, as condições estruturais da oferta e demanda de energia elétrica no sistema representam a grande influência no preço da energia.

### PLD MÉDIO MENSAL



Fonte: CCEE (fevereiro 2015)

### Preços da energia no ACR são definidos nos leilões

- Nos termos de um Contrato por Disponibilidade do ACR, o gerador recebe uma receita fixa anual exatamente igual ao montante total correspondente ao seu "bid vencedor" no leilão de energia nova.
- Esta receita fixa deve ser suficiente para a remuneração dos investimentos e cobertura de todos os custos fixos da usina, incluindo custos fixos de operação e manutenção (O&M), tarifas de transmissão/distribuição, encargos e tributos.
- Já os custos variáveis de geração, denominados nos contratos CCEAR por disponibilidade de Custo Variável Unitário ("CVU"), são totalmente repassados às distribuidoras sempre que a usina é despachada pelo ONS. As distribuidoras por sua vez, repassam os custos variáveis aos consumidores finais, com autorização do regulador.
- Os custos fixos e variáveis de operação são declarados pelo gerador no processo realizado pela EPE de habilitação técnica para o leilão.
- Com relação à indexação prevista no CCEAR, a receita fixa é indexada pelo IPCA. Já o CVU é dividido em custo de combustível e custo de O&M variável. Para o carvão importado, por exemplo, o custo de combustível é corrigido pela variação do preço internacional do carvão mais a variação do câmbio. O O&M variável é corrigido pelo IPCA.

2046

Embora participe também do ACL, a Eneva tem a maior parte de sua capacidade instalada contratada por ACR

## Participação Direta

	Leilão	Capacidade instalada (ANEEL)	Eneva	Eneva Participações	Receita fixa anual (R\$m) nov/14	Combustível	Período do início da PPA operação
Energia Pecém	A-5 (2007)	720 MW	50%	-	319	Carvão	2012-2026 dezembro-12
Itaqui	A-5 (2007)	360 MW	100%	-	337	Carvão	2012-2026 fevereiro-13
Pecém II	A-5 (2008)	365 MW	50%	-	151	Carvão	2013-2027 outubro-13
Parnaíba I	A-5 (2008)	675 MW	70%	-	331	Gás natural	2013-2027 abril-13
Parnaíba II	A-5 (2008)	176 MW	35%	35%	73	Gás natural	2013-2027 fevereiro-14
Parnaíba IV	Mercado livre	56 MW	35%	35%	38	Gás natural	2013-2018 dezembro-13
Amapari	Mercado livre	22 MW	51%	-	-	Óleo Diesel	- novembro-08
Tauá	-	1 MW	-	100%	-	Energia Solar	- julho-11
<b>Total</b>		<b>2.376 MW</b>			<b>1.248</b>		

Fonte: Formulário de Referência CVM - Dezembro de 2014 e site de RIR Receita fixa indexada ao IPCA (data-base nov/14)

## Participação da Eneva no ACR e no ACL

- As autorizações das usinas da Companhia participantes do ACR são referentes as usinas Porto do Pecém, Pecém I, Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba IV.
- No ACL, as usinas que estão autorizadas e registradas a participar são Amapari e Parnaíba IV.
- Além das usinas, a Eneva Comercializadora de Energia Ltda. (comercializadora do Grupo) encontra-se autorizada a atuar como agente comercializador de energia no ACL.
- A exploração da usina solar de Tauá não depende de autorização do Poder Concedente/ANEEL, por se tratar de usina solar com capacidade menor do que 5 MW.

## Parnaíba II

- Em agosto de 2011, a Companhia venceu o leilão de energia nova A-3, garantindo a contratação da energia da usina termelétrica Parnaíba II, localizada na Bacia do Parnaíba.
- A usina postergou o início das operações comerciais de Parnaíba II para junho de 2016 e atualmente encontra-se em fase pré-operacional.
- O contrato de energia obtido no leilão tem um prazo de 20 anos e garante o recebimento de receita fixa anual de R\$398,3 milhões (data-base: novembro de 2014).

2047

## Atrasos no início da operação de algumas usinas e a indisponibilidade de energia impactaram o Grupo e contribuíram para a crise na Companhia

### Atrasos no início da operação de algumas usinas

- Os atrasos no início da operação de Pecém I (529 dias), Pecém II (252 dias) e Itaqui (650 dias) obrigaram o Grupo a adquirir a energia contratada em leilão, de outro participante do mercado (compra de lastro).
- Devido ao atraso do início das operações de geração de energia de tais empreendimentos, a Companhia se viu obrigada a comprar energia elétrica no mercado spot para honrar seus compromissos de fornecimento de energia elétrica além de arcar com encargos de indisponibilidade (ADOMP).

### Termo de ajustamento de conduta (TAC)

- A RJ do Grupo OGX afetou a PGN, e conseqüentemente todo o Complexo Termelétrico Parnaíba, pois todas as usinas a gás do complexo são abastecidas pela PGN. Está contratado um fornecimento de 8,4MM m<sup>3</sup>/dia de gás, que tem previsão de ser alcançado em 2016, resultando em atrasos adicionais da UTE Parnaíba II.
- A Eneva conseguiu junto à ANEEL a assinatura do TAC, permitindo a postergação do início dos contratos de venda de energia de Parnaíba II para julho/2016.
- Além do benefício da postergação, o TAC solucionou também a atual falta de gás para suprimento das usinas já em operação comercial (Parnaíba I, III e IV), cujos contratos de energia já se encontram vigentes, permitindo que que Parnaíba II gere energia em substituição à Parnaíba I, atendendo assim integralmente o contrato de Parnaíba I sem penalidades por indisponibilidade.
- O TAC também prevê que a Companhia invista no fechamento de ciclo de Parnaíba I, e o pagamento de uma multa através da redução da receita fixa do contrato.

### Pagamentos decorrentes de indisponibilidade

- Segundo as Recuperandas, os CCEAR preveem utilização de uma média móvel de 60 meses da disponibilidade efetiva. Essa metodologia apura a indisponibilidade utilizando uma média móvel dos 60 meses anteriores, que é então comparada com os índices de indisponibilidade de referência declarados no leilão. Caso a indisponibilidade medida seja igual ou menor que os dados de referência, não há ressarcimento ADOMP.
- Porém, a apuração realizada pela ANEEL considerou a metodologia do ADOMP horário, no qual a usina deve gerar a cada hora sua Potência Instalada descontada das taxas de indisponibilidade de referência (valores originais). A diferença de potência entregue é valorada a (PLD – CVU) e ressarcida da UTE para a distribuidora.
- Todas as UTEs do Grupo tiveram a indisponibilidade calculada por meio da aplicação da metodologia horária.
- Após ação judicial, o Grupo obteve sentença judicial atendendo a Pecém I, Itaqui, Pecém II, Parnaíba I e Parnaíba III e determinando o reembolso dos pagamentos por indisponibilidade. O reembolso foi recebido em novembro de 2014.

### Queima do estator da Unidade Geradora de Pecém I

- Em de agosto de 2014, a queima do estator da Unidade Geradora 01 da usina levou a uma indisponibilidade não programada de geração de 360MW. A usina operou com apenas metade da sua capacidade até o início de dezembro de 2014, por um período de 87 dias. Isso a impediu de gerar a energia contratada (recorrendo a compra de lastro).

2014

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
<b>Histórico</b>	<b>32</b>
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

6700

## A Eneva iniciou suas atividades em abril de 2001, com a constituição da MPX, sociedade destinada a atuar no setor de geração de energia

A Eneva iniciou suas atividades em abril de 2001, com a constituição da MPX, sociedade destinada a atuar no setor de geração de energia.

UTE Pecém I comercializou no Leilão A-5, 615 MW, gerando uma receita de R\$417,4 milhões por ano. UTE Itaqui (então UTE Termo Maranhão) comercializou, no mesmo leilão, 315MW gerando receita de R\$ 220,7 milhões por ano.

Ambas garantiram receita fixa durante 15 anos, a partir do início de sua operação comercial.

Na sequência da oferta de ações, foi ainda exercida a opção para a subscrição de um lote suplementar de 118.261 ações ordinárias ao mesmo preço, outorgada aos bancos coordenadores. No total, foram disponibilizadas ao mercado 2.022.004 ações, resultando em uma captação no valor aproximado de R\$ 2 bilhões.

UTE Pecém II, de 360 MW, vendeu 276 MW médios no leilão de energia nova A-5 realizado pela CCEE. O PPA, tem prazo de 15 anos e assegura uma receita fixa anual de R\$ 207,0 milhões.

2001

2004

2007

2008

Até 2004, o seu principal investimento consistiu na participação (51%) no capital da Termoceará, operadora da UTE Senador Carlos Jereissati, movida a gás natural e situada no Município de Caucaia, Estado do Ceará. Em 2004, esta participação acabou por ser alienada para a Petrobras.

Realização da oferta pública de ações da Eneva (ainda sob a denominação MPX). A companhia emitiu, inicialmente, 1.903.743 ações ordinárias nominativas, ao preço de R\$ 1.006,63 por ação, que começaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F BOVESPA.

Iniciaram-se outros projetos no setor energético, através da constituição de novas SPEs, dentro e fora do país, como o projeto UTE Pecém II, a instalação de UTEs na Bacia do Parnaíba (Maranhão), o maior projeto de geração térmica a carvão do Chile (Termoelectrica Castilla) e a extração de carvão mineral na Colômbia.

1050

## O Grupo contraiu empréstimos com instituições financeiras com o intuito de financiar projetos de geração de energia elétrica

Assinatura do memorando de entendimento com a OGX para aquisição de 33,3%, dos 70% de participação da OGPar nos 7 blocos da Bacia do Parnaíba

O Grupo contraiu empréstimos-ponte superiores a R\$500 milhões junto ao Banco do Nordeste, destinados a financiar parte da implementação da UTE Itaqui e da UTE Pecém II. Em maio, obteve junto ao Banco Itaú uma linha de crédito de longo prazo de até R\$ 323 milhões, também para financiar a implementação da UTE Pecém II.

O BNDES, o BNB, o Banco Bradesco e o Banco Votorantim aprovaram pacotes de financiamento de longo prazo destinados à implementação da UTE Itaqui, no valor de aprox. R\$ 1,250 bilhão..

2009

2010

O BNDES e o BID aprovaram pacotes de financiamento de longo prazo, que somaram cerca de R\$ 2,1 bilhões, destinados a cobrir custos relacionados à implantação da Pecém I e a quitar os empréstimos-ponte contraídos pela Eneva (ainda MPX)

A ANP aprovou a transferência da participação de 70% detida pela OGPar a PGN, sociedade de propósito específico em que a ENEVA e a OGPar detinham à época 33,3% e 66,7% do capital social, respectivamente.

A ENEVA adquiriu o projeto da Usina Termelétrica de Seival que possui Licença de Instalação para 600 MW a carvão mineral no município de Candiota, estado do Rio Grande do Sul.

2051

## Através da sua subsidiária DD Brazil Holdings S.A.R.L, a E.ON adquire participação de 11,7% da Eneva

Através de emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias, a Eneva também angariou recursos junto ao BNDESPAR, à Gávea Investimentos e ao seu então controlador, Eike Fuhrken Batista, no valor total de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, prioritariamente utilizados para incrementar a exploração de gás natural na Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão, iniciada no ano seguinte, e a extração de carvão mineral na Colômbia.

A Parnaíba II, com capacidade de 517 MW, vence leilão de energia nova A-3.

99,6% das debêntures foram convertidas em ações da ENEVA. Em seguida, os ativos de mineração na Colômbia foram segregados, com versão da parcela cindida para uma nova Companhia listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, a CCX, que começou a negociar de forma independente no dia 25 de maio de 2012.

2011

2012

Declarada comercialidade de dois campos de gás natural operados pela coligada PGN na Bacia do Parnaíba.

A ANEEL aprovou a transferência das autorizações da Parnaíba I, relacionadas a projetos com energia contratada no leilão A-5 de 2008, totalizando 450 MW médios. A quarta e última turbina desta UTE recebeu autorização para iniciar a operação comercial passando a gerar 676 MW, tendo o projeto sido alavancado por financiamento de longo prazo obtido junto ao BNDES no valor aproximado de R\$ 671 milhões.

Formação de uma joint venture com a E.ON, por meio da qual Eneva levantou R\$1bilhão através de um aumento de capital subscrito pela DD Brazil Holdings S.A.R.L., subsidiária da E.ON. Assim, a E.ON alcançou uma participação de 11,7% na Eneva.

Início da operação comercial da primeira unidade geradora de UTE Pecém I

2012

## A MPX Energia S.A passa a se chamar Eneva S.A

Entre fevereiro e abril, as três turbinas da Parnaíba I iniciaram operação comercial, atingindo sua capacidade instalada (676MW)

Início da operação comercial da segunda unidade geradora da Pecém I, e das UTEs Pecém II, Parnaíba III e Parnaíba IV.

A denominação social da companhia foi alterada para Eneva S.A., substituindo MPX Energia S.A.

Aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$800 milhões

Em conjunto com a EDP e em iguais proporções, concluiu a aquisição de 100% das ações da MABE Brasil Ltda., consórcio construtor formado pelas empresas Maire Tecnimont SpA e Grupo Efaced, referente à gestão e construção das UTEs Pecém I, Itaqui e Pecém II.

Anunciado aumento de capital de até R\$1,5 bilhão, dividido em duas etapas, e reestruturação da dívida da holding.

2013

2014

A primeira turbina da Parnaíba I realizou a primeira sincronização com o SIN. Em fevereiro, Parnaíba I recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial da primeira turbina (de um total de quatro), no mesmo mês, a Itaqui recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial.

Um Acordo de Investimento foi celebrado com a E.ON que, por meio de sua subsidiária DD Brazil Holdings S.A.R.L, adquiriu 141.544.637 ações. Com essa operação a E.ON passou a deter aproximadamente 37,9% do capital da Eneva, tendo celebrado Acordo de Acionistas com o Sr. Eike Fuhrken Batista para exercício de controle compartilhado.

Realização de acordo de M&A com a E.ON e a Cambuhy para capitalização da PGN, assegurando abastecimento de gás para os ativos do Parnaíba.

Aumento de capital de R\$250 milhões da PGN é concluído. O controle da PGN passa a ser exercido por Cambuhy Investimentos, ENEVA e E.ON.

2053

## Atrasos no início de geração de energia de seus principais ativos (carvão e gás), geração abaixo do esperado em função de problemas técnicos e compras de lastro com preços muito elevados estão entre as causas do Pedido de Recuperação Judicial

Os atrasos no início da operação de Pecém I, Pecém II e Itaqui, obrigaram o Grupo a adquirir a energia contratada em leilão, de outro participante do mercado (compra de lastro). Com os preços elevados e com a geração insuficiente, as SPEs em que a Eneva possui participação incorreram em inadimplência perante a ANEEL.

A UTE Pecém I foi desligada em agosto de 2014 por problemas técnicos e até dezembro de 2014, operou com metade da sua capacidade.

Nesse cenário, o Grupo tornou-se incapaz de honrar com seus compromissos assumidos perante fornecedores e instituições financeiras, solicitando a Recuperação Judicial da Eneva S.A e Eneva Participações S.A.

2014

### Pedido de Recuperação Judicial

A RJ do Grupo OGX afetou a PGN, e conseqüentemente todo o Complexo Termelétrico Parnaíba, pois todas as usinas a gás do complexo são abastecidas pela PGN. Está contratado um fornecimento de 8,4MM m<sup>3</sup>/dia de gás, que estão previstos para serem alcançados em 2016, resultando em atrasos adicionais da UTE Parnaíba II.

Algumas das sociedades operacionais sofreram sanções por parte da ANEEL, em função da medição dos chamados períodos de indisponibilidade das plantas (ADOMP). Por discordarem do método aplicado, as empresas ajuizaram a questão. Os valores em discordância referentes a Itaqui e Pecém I foram devolvidos (aproximadamente R\$108 milhões e R\$260 milhões, respectivamente, em novembro).

O pedido de Recuperação Judicial foi solicitado em 09 de dezembro de 2014 e deferido pelo Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro no dia 16 de dezembro.

2054

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
<b>Endividamento conforme edital do AJ</b>	<b>38</b>
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

2055

De acordo com o Edital do AJ publicado em 20 de fevereiro 2015, as Recuperandas apresentaram endividamento consolidado no montante equivalente a R\$2,5bi, dividido entre as classes I, III e IV

Eneva S.A - Administrador Judicial				Dívida total		Cretores
	€m	NOKm	US\$m	R\$m	R\$m	Nº
Classe I	-	-	-	0,18	0,18	8
Classe III	0,16	2,70	102,74	2.129,13	2.425,56	81
Classe IV	-	-	-	0,71	0,71	22
<b>Total</b>	<b>0,16</b>	<b>2,70</b>	<b>102,74</b>	<b>2.130,02</b>	<b>2.426,45</b>	<b>111</b>

Eneva Participações - Administrador Judicial			Dívida total		Cretores
	€m	US\$m	R\$m	R\$m	Nº
Classe I	-	-	0,11	0,11	2
Classe III	2,62	9,42	26,00	61,52	22
Classe IV	-	-	0,10	0,10	4
<b>Total</b>	<b>2,62</b>	<b>9,42</b>	<b>26,22</b>	<b>61,74</b>	<b>28</b>

Os 10 maiores credores do Grupo (endividamento consolidado)	
Cretores	R\$m
Banco BTG Pactual SA	1.274,3
Itau Unibanco SA (antigo banco Itau BBA SA)	706,9
Banco Citibank SA	282,6
Citibank, NA	124,3
Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited	27,0
E.ON Brasil Energia Ltda	13,0
CSRX Energias Renováveis Ltda	12,4
E.ON International	9,0
IBM Brasil Industria Maquinas e Serviços Ltda	3,9
FTI Consultoria Ltda	1,2
Outros	6,6
<b>Total</b>	<b>2.461,2</b>

Fonte: Edital do Administrador Judicial

(cotação do dia 20/02/2015 - moeda US\$/Real= 2,870 00; Eur/Real=3,242 00; NOK/Real=0,378000)

### Perfil da dívida

- As tabelas ao lado apresentam o resumo da dívida concursal do Grupo Eneva de acordo com o edital do AJ.
- Para efeito de análise dos principais credores do Grupo, foi considerada uma taxa de conversão do Dólar para o Real de USD/BRL 2,8701, do Euro para o Real EUR/BRL 3,2421 e da Coroa Norueguesa para o real NOK/BRL 0,378, todas referentes a cotação do dia 20 de fevereiro de 2015, data da publicação do Edital do Administrador Judicial.
- O total da dívida em reais é de R\$2,5 bilhões de acordo com as mesmas taxas de conversão.
- O quadro das Recuperandas é composto por créditos trabalhistas (Classe I), créditos quirografários (Classe III) e créditos detidos por microempresas e empresas de pequeno porte (Classe IV).
- Não foram declarados credores detentores de garantia real.
- O endividamento consolidado elimina os créditos em que uma Recuperanda é garantidora da outra Recuperanda, razão pela qual o somatório dos quadros individuais divergem do total consolidado.
- As diferenças entre o Edital divulgado pela Recuperanda e do Edital divulgado pelo Administrador Judicial estão resumidas abaixo:

	Diferença entre editais = Dívida consolidada				Dívida total
	€m	NOKm	US\$m	R\$m	R\$m
Edital da Recuperanda	2,8	2,7	59,8	2.247,5	2.417,0
<b>Edital do Administrador Judicial</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>102,7</b>	<b>2.156,2</b>	<b>2.461,2</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43,0</b>	<b>(91,2)</b>	<b>44,2</b>

Fonte: Edital da Recuperanda e Edital do AJ

(cotação do dia 20/02/2015 - moeda US\$/Real= 2,870 00; Eur/Real=3,242 00; NOK/Real=0,378000)

2056

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
<b>Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial</b>	<b>40</b>
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

2054

## Fatos relevantes e comunicados publicados pela Eneva, a partir de 09 de dezembro de 2014, quando as Recuperandas entraram com o Pedido de RJ

### 2014

- 09/12/14

  - A Eneva S.A celebrou contrato de venda da totalidade da participação da Companhia na sua subsidiária Pecém I para a EDP (Energias do Brasil S.A.).
  - A transação compreende o pagamento de R\$300m pela participação de 50% do capital social de Pecém I e pela futura capitalização de créditos concedidos originalmente pela ENEVA à Pecém I no valor total de R\$409,9 milhões, a ser efetivada no fechamento da transação.
  - O fechamento da transação está sujeita a condições precedentes e também à aprovação do CADE.
- 09/12/14

  - A companhia comunicou que o Conselho de Administração elegeu os Srs. Alexandre Americano e Ricardo Levy para os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, respectivamente, tendo em vista as renúncias dos diretores da Companhia, Srs. Fabio Bicudo e Frank Possmeier.
  - Foram apresentadas, também nesta data, as renúncias dos Srs. Luiz do Amaral de França Pereira, Adriano Castello Branco e Luiz Fernando Vendramini Fleury aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia.
  - Uma AGE será convocada para eleger novos membros do Conselho de Administração.
- 16/12/14

  - O grupo comunicou que o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo deferimento do processamento da RJ da Companhia e de sua subsidiária ENEVA Participações S.A.
  - O Juízo decidiu, também, pela nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu como administrador judicial.

17/12/14

- A Eneva S.A. comunicou que, na data de hoje, recebeu a correspondência anexa do Banco Clássico S.A. em que comunicou à Companhia de que seu fundo exclusivo FI/ Dinâmica Energia passou a deter 87.494.400 ações representativas de 10,41% do capital social da Companhia.

### 2015

26/01/15

- A Eneva S.A. comunicou a celebração de aditamento ao Acordo de Acionistas celebrado entre DD Brazil Holdings S.À R.L. e o Sr. Eike Fuhrken Batista.
- A versão atualmente em vigor do Acordo de Acionistas reflete dentre outras, as alterações feitas no Estatuto Social da Companhia aprovadas na AGE de 30 de dezembro de 2014 incluindo a alteração na composição do Conselho de Administração.
- A íntegra do Acordo de Acionistas está disponível no website da RI da ENEVA, bem como nos websites da CVM e da BM&FBovespa S.A.

02/02/15

- A Eneva S.A. comunicou que, em AGE realizada na data de hoje o Sr. Marcos Grodetzky foi eleito membro independente do Conselho de Administração da Companhia.
- Em conjunto com as eleições dos Srs. Fabio Bicudo e Adriano Castello Branco, ocorridas em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da ENEVA foi recomposto de forma a atender o Estatuto da Companhia e o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A.

Fatos Relevantes  
 Comunicados

2058

## Fatos relevantes e comunicados publicados pela Eneva, a partir de 09 de dezembro de 2014, quando as Recuperandas entraram com o Pedido de RJ (cont.)

12/02/15

- A Companhia informou que o Conselho de Administração da Companhia aprovou nesta data a apresentação do PRJ perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no âmbito da recuperação judicial da Companhia e de sua subsidiária ENEVA Participações S.A.
- O Plano tem como premissa a reestruturação do endividamento financeiro e o equacionamento da estrutura de capital das Recuperandas, por meio do(a):
  - (i) pagamento integral de até R\$250k por credor quirografário, respeitado o valor do respectivo crédito;
  - (ii) redução global de 40% (quarenta por cento) a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total dos créditos quirografários detidos pelos credores das Recuperandas por meio da capitalização de créditos e/ou da concessão de perdão de dívida e consequente reperfilamento do saldo remanescente da dívida contraída junto aos referidos credores; e
  - (iii) realização de aumento de capital da Companhia, a ser deliberado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, no valor estimado de até R\$3bi ao preço de emissão de R\$0,15 por ação da Companhia, composto pela(o):
    - (a) capitalização de créditos detidos por credores quirografários das Recuperandas;
    - (b) aporte de ativos por parte de acionistas, credores e investidores da Companhia, a serem definidos e submetidos à avaliação e deliberação em Assembleia Geral de Acionistas; e/ou
    - (c) contribuição em moeda corrente.
- As etapas do Plano relacionadas ao aumento de capital estão sujeitas à oportuna deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

31/03/15

- A Eneva S.A comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na data de hoje, por ordem do Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no âmbito da recuperação judicial da Companhia e de sua subsidiária ENEVA Participações S.A., foi publicado o edital para convocação da AGC das Recuperandas, a ser realizada em 16 de abril de 2015, às 9h00, em primeira convocação, e em 30 de abril de 2015, às 9h00 em segunda convocação, no Auditório Principal do Edifício da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.
- O Plano de Recuperação Judicial protocolado originariamente e as eventuais alterações que sejam apresentadas até a realização da AGC, na forma da lei, podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://ri.eneva.com.br>.

Fatos Relevantes  
 Comunicados

2059

<b>Seção</b>	<b>Página</b>	<b>Informações operacionais</b>	<b>Página</b>
Índice	3	Ativos do Grupo	44
Glossário	4	Itaqui	45
Sumário Executivo	7	Pecém I	47
As Recuperandas	10	Pecém II	49
Setor elétrico	18	Parnaíba I	51
Regulamentação do setor	23	Parnaíba III	53
Histórico	32		
Endividamento conforme edital do AJ	38		
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40		
<b>Informações operacionais</b>	<b>43</b>		
Informações financeiras	55		
Plano de Recuperação Judicial	67		
Cronograma processual	72		
Acompanhamento processual	74		

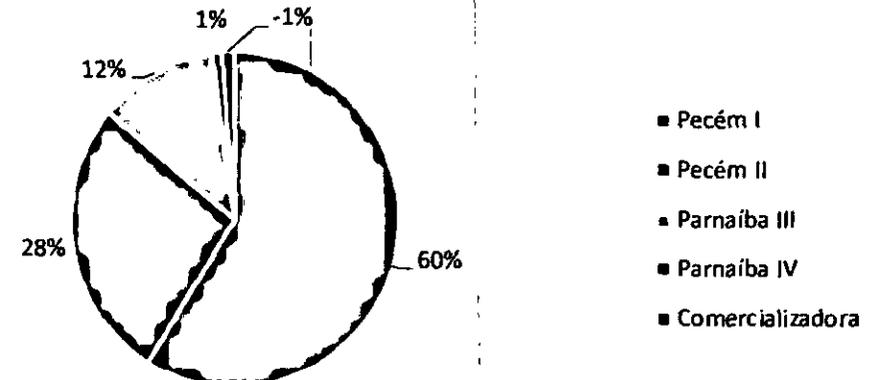
2060

Entre as subsidiárias operacionais do Grupo, cinco se destacam pela relevância nos resultados gerados

### Principais ativos do Grupo

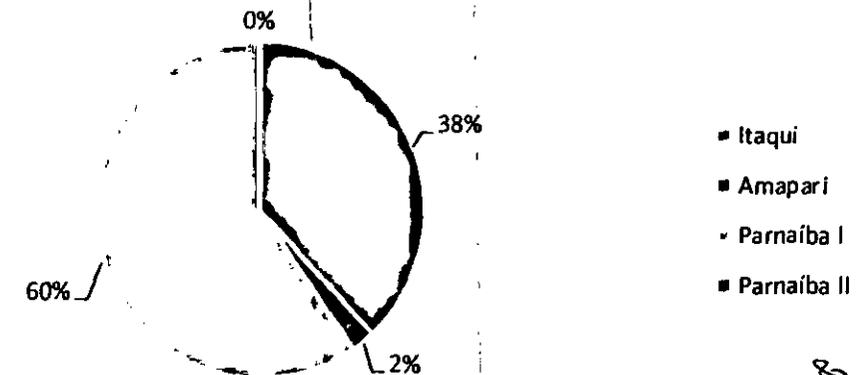
- A Eneva S.A. e a Eneva Participações S.A. possuem participação direta ou indireta em diversas outras sociedades operacionais que atuam na geração e na comercialização de energia, com negócios complementares em geração elétrica e exploração e produção de gás natural, conforme mencionado na seção "Recuperandas".
- Do total das empresas operacionais do Grupo, cinco delas se destacam pela relevância na participação no resultado. São elas:
  1. Itaquí Geração de Energia S.A.;
  2. Porto do Pecém Geração de Energia S.A.;
  3. Pecém II Geração de Energia S.A.;
  4. Parnaíba I Geração de Energia S.A.; e
  5. Parnaíba III Geração de Energia S.A.
- Para essas companhias serão apresentadas informações operacionais e financeiras detalhadas

Resultado por Equivalência - % Receita Bruta



Fonte: Eneva

Resultado por Consolidação - % Receita Bruta



Fonte: Eneva

2015

## Principais ativos em operação – Itaquí (carvão)

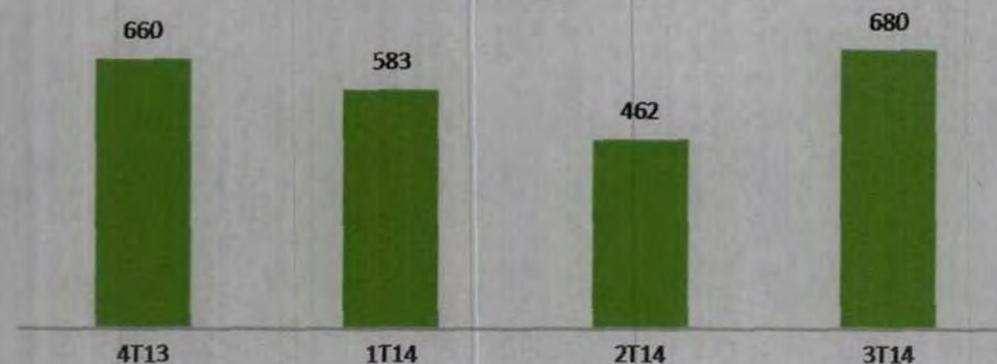
### Itaquí Geração de Energia S.A. (UTE Itaquí)

A UTE Itaquí é uma usina termelétrica a carvão mineral instalada no Distrito Industrial de São Luis (MA), nas proximidades do Porto de Itaquí. A usina possui capacidade instalada de geração de 360 MW, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, conforme Portaria nº. 177, de 12 de maio de 2008, do Ministério de Minas e Energia.

No leilão A-5 de 2007, a usina comercializou 315 MW médios por um período de 15 anos, segundo os termos do CCEAR. A energia comercializada garante uma receita anual mínima indexada ao IPCA e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada a gerar energia pelo ONS.

Em 05 de fevereiro de 2013, a UTE Itaquí recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial, passando a ser remunerada de acordo com a sua capacidade total (360MW) em abril de 2013.

ITAQUI - GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA (EM GW)



Fonte: Eneva



2002

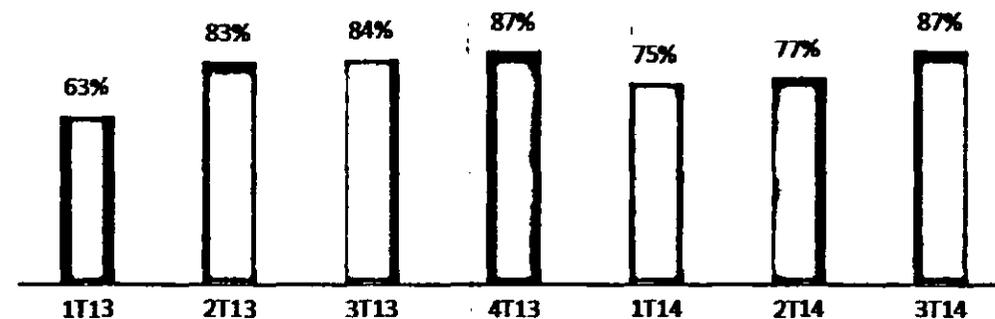
## Principais ativos em operação – Itaquí (carvão)

### Disponibilidade - Itaquí

- Em relação ao desempenho operacional da usina em 2014, a maior disponibilidade histórica já registrada foi obtida em setembro de 2014, alcançando 95%.
- Nos dois primeiros trimestres do ano, a usina experimentou uma redução de sua disponibilidade devido a manutenção dos silos de carvão, equipamentos de ventilação e sistema de controle de emissões.
- Contudo, a Administração da Itaquí indica que investimentos em melhorias técnicas e em estoque de peças de reposição, totalizando R\$40 milhões (estimado) devem permitir a redução do tempo de inatividade da usina, consequentemente, aumentando seu percentual de disponibilidade futuro.
- O ressarcimento indicado no gráfico ao lado em azul é referente ao impacto da contabilização do reembolso do custo de indisponibilidade (valor de R\$100,5m). Caso não fosse considerado esse impacto o EBITDA da usina seria de R\$11,6m.

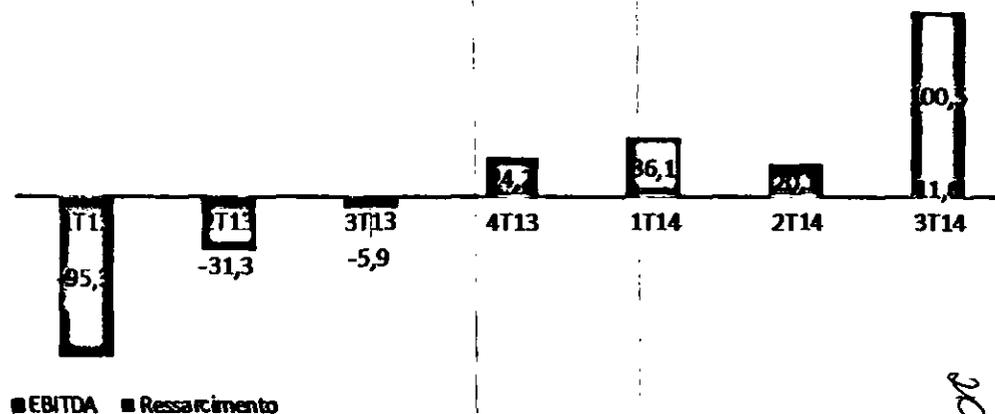
### ITAQUI - DISPONIBILIDADE (%)

Leilão: 95%



Fonte: Eneva

### ITAQUI - EBITDA (EM R\$M)



■ EBITDA ■ Ressarcimento

Fonte: Eneva

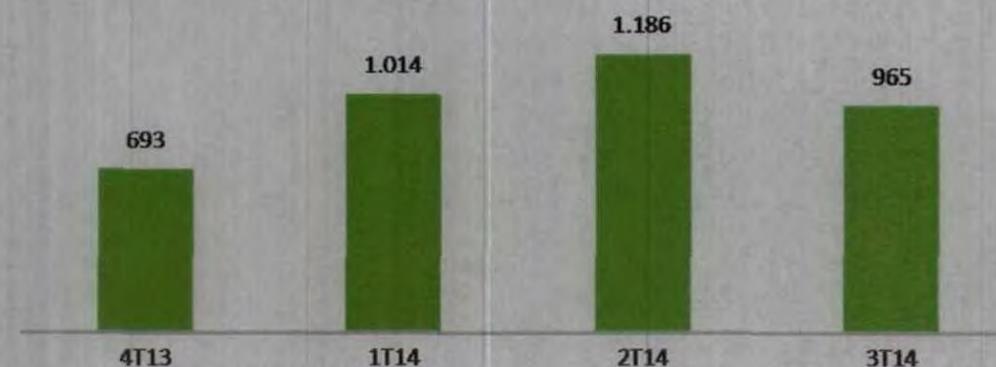
2015

## Principais ativos em operação – Pecém I (carvão)

### Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (UTE Pecém I)

- A UTE Pecém I é uma usina termelétrica com duas unidades geradoras totalizando uma capacidade instalada de 720 MW, que utiliza carvão importado como combustível e foi construída dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) em São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará.
- Em 16 de outubro de 2007, no 5º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL, a usina vendeu para 32 distribuidoras de energia a totalidade de sua capacidade instalada da primeira fase, 615 MW médios, com o ICB de R\$119,87/MWh (data-base: nov/2014). Isso equivale a um faturamento anual fixo de R\$637m (base: nov/14) para contratos com duração de 15 anos, garantindo assim um fluxo de caixa estável para o empreendimento.
- O faturamento anual, ajustado à participação da Eneva no Empreendimento é de R\$319m.

### PECÉM I - GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA (EM GW)



Fonte: Eneva



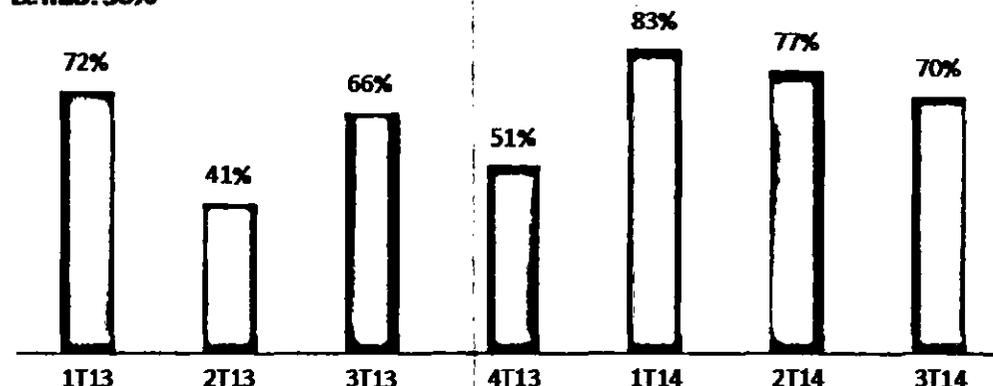
## Principais ativos em operação – Pecém I (carvão)

### Disponibilidade – Pecém I

- Em 2014, a usina contou com a operação integral de suas duas unidades geradoras, apresentando disponibilidade média de 76,4%, sendo que a 1ª unidade geradora (UG01) apresentou disponibilidade de 62,2% e a 2ª unidade geradora (UG02) de 90,05%.
- A baixa disponibilidade da UG01 é resultado do desligamento da unidade em 25/08/2014 e de diversas outras paradas de manutenção que ocorreram desde 2013. O desligamento em questão ocorreu devido à queima do estator do gerador, promovendo a indisponibilidade não programada de 360 MW.
- Para ganhar agilidade no retorno da unidade geradora, optou-se pela substituição do gerador por um gerador novo, disponível na fábrica da Siemens nos Estados Unidos.
- A usina possui seguro com cobertura de dano patrimonial e lucro cessante. Assim, foi acionada a apólice vigente que prevê a possibilidade de ressarcimento de custos pela substituição de equipamentos, e também pela "interrupção de negócios" após o 60º dia.
- A operação da UG01 foi retomada no dia 20/11/2014. A usina teve duas paradas programadas para manutenção efetuadas durante o ano de 2014, sendo a UG01 em janeiro e a UG02 em agosto.
- O ressarcimento indicado no gráfico ao lado em azul é referente ao impacto da contabilização do reembolso do custo de indisponibilidade (valor de R\$237m líquido). Caso não fosse considerado esse impacto o EBITDA da usina seria de R\$7,1m.

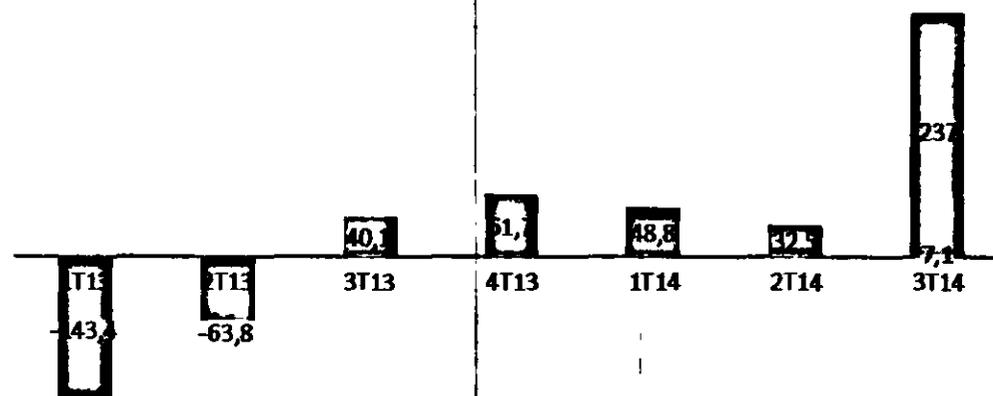
### PECÉM I - DISPONIBILIDADE (%)

Leilão: 90%



Fonte: Eneva

### PECÉM I - EBITDA (EM R\$M)



■ EBITDA ■ Ressarcimento

Fonte: Eneva

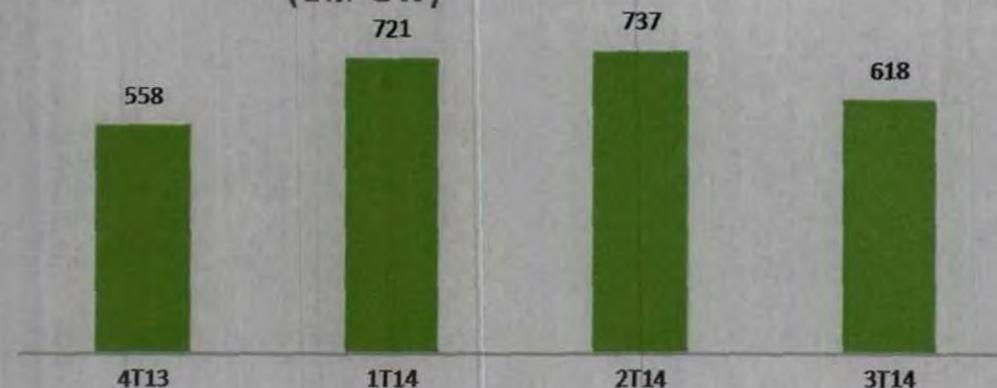
2065

## Principais ativos em operação – Pecém II (carvão)

### Pecém II Geração de Energia S.A. (UTE Pecém II)

- A Pecém II é uma usina termelétrica que utiliza carvão importado como combustível e foi construída dentro do CIPP em São Gonçalo do Amarante, no Estado do Ceará, com capacidade de 360 MW instalados.
- A empresa pertence 50% à Eneva S.A. Em 30 de setembro de 2008, o projeto sagrou-se vitorioso no leilão A-5, tendo vendido 276 MW médios. O CCEAR tem início em janeiro de 2013 e prazo de 15 anos, assegurando uma renda fixa anual de R\$ 302,1m (base: nov/14), indexada ao IPCA. O faturamento anual, ajustado à participação da Eneva no empreendimento é de R\$151m.
- O CCEAR prevê repasse integral dos custos de combustível, incluindo o impacto da variação cambial, para o preço da energia. Todos os equipamentos-chave já foram assegurados e a esteira de carvão que viabilizará a logística integrada com o Porto de Pecém já se encontra operacional.
- Em 18 de outubro de 2013, a Companhia recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial. O empreendimento passa a ser remunerado de acordo com a sua capacidade total (365MW) em outubro de 2013, segundo os termos do CCEAR assegurado no leilão de energia A-5 de 2008.

PECÉM II - GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA  
(EM GW)



Fonte: Eneva



9908

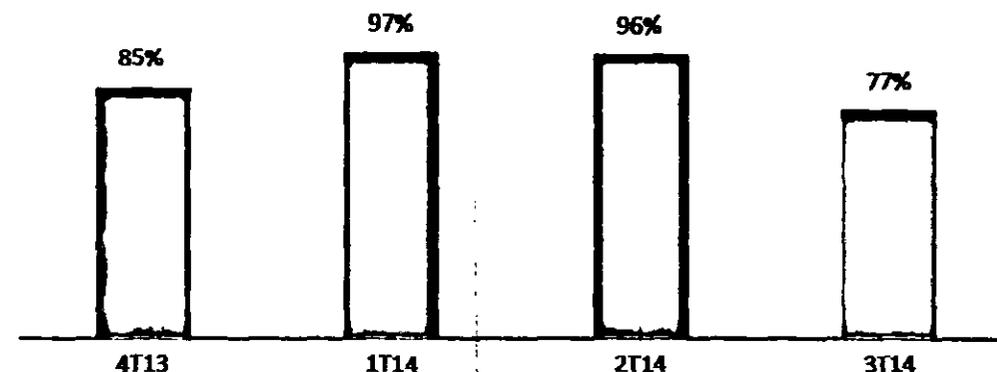
## Principais ativos em operação – Pecém II (carvão)

### Disponibilidade – Pecém II

- Em relação ao desempenho operacional da usina em 2014, no primeiro trimestre do ano os altos níveis de disponibilidade alcançados e a recorrente margem positiva no despacho, permitiram um melhor desempenho operacional.
- Porém, a partir do segundo trimestre, o desempenho operacional foi impactado por maiores custos com serviços de terceiros e penalidades por indisponibilidade.
- Já no terceiro trimestre, a usina experimentou uma redução de sua disponibilidade para geração de energia, devido a problemas nos silos de carvão e na ventilação forçada. Tal redução da disponibilidade, impactou negativamente a receita variável e dado o aumento de preços no mercado spot de energia os custos de indisponibilidade também foram aumentados.
- Apesar disso, a usina atingiu por mais de uma vez o percentual de disponibilidade declarado em leilão e segundo a Administração da usina, a melhoria no comissionamento resultou em operação mais estável, incorporando lições aprendidas de outras usinas.
- O ajuste indicado no gráfico ao lado em azul é referente ao impacto da contabilização do recálculo da indisponibilidade considerando a metodologia de média móvel (valor de R\$31,1m). Caso não fosse considerado esse impacto o EBITDA da usina seria de R\$14,7m.

### PECÉM II - DISPONIBILIDADE (%)

Leilão: 95%



Fonte: Eneva

### PECÉM II - EBITDA (EM R\$M)



■ EBITDA ■ Ajuste indisponibilidade

Fonte: Eneva

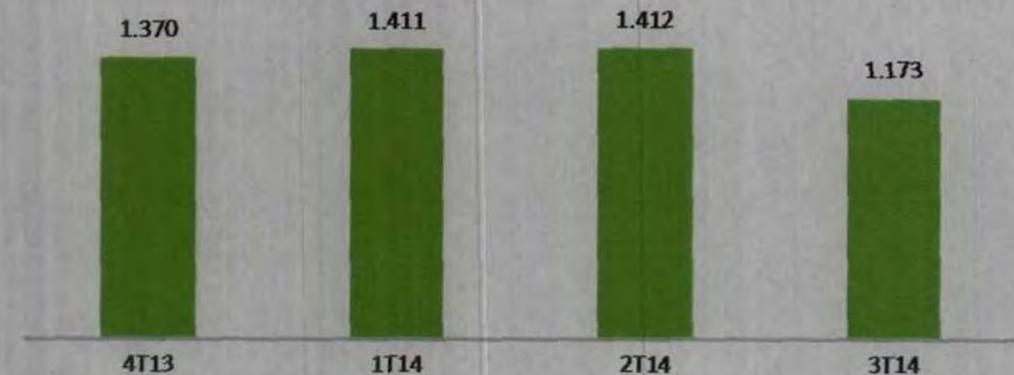
2014

## Principais ativos em operação – Parnaíba I (gás natural)

### Parnaíba Geração de Energia S.A. (UTE Parnaíba I)

- A UTE Parnaíba I é composta por quatro turbinas a gás natural de 169 MW de capacidade cada, totalizando uma capacidade instalada de 676 MW.
- A usina contratou a venda de 450 MW médios, por um período de 15 anos, no leilão A-5 de setembro de 2008, o que lhe permitirá receber uma receita fixa anual de até R\$472,6m (data-base: nov/14), indexada ao IPCA.
- A Licença de Operação para o empreendimento foi emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA em 21 de dezembro de 2012 (LO nº 559/2012), válida até 21 de dezembro de 2016.
- A ANEEL aprovou, em 5 de setembro de 2014, um acordo para ajustar as obrigações da Parnaíba II. Parte desse acordo inclui:
  - (i) fechar o ciclo das quatro turbinas a gás de Parnaíba I em até 5 anos;
  - (ii) com a conclusão da construção do Parnaíba II, em dezembro de 2014, esta planta substitui temporariamente a geração de Parnaíba III e de duas turbinas Parnaíba I, otimizando, assim, a produção de energia com uso reduzido de gás natural.

PARNAÍBA I - GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA (EM GWH)



Fonte: Eneva



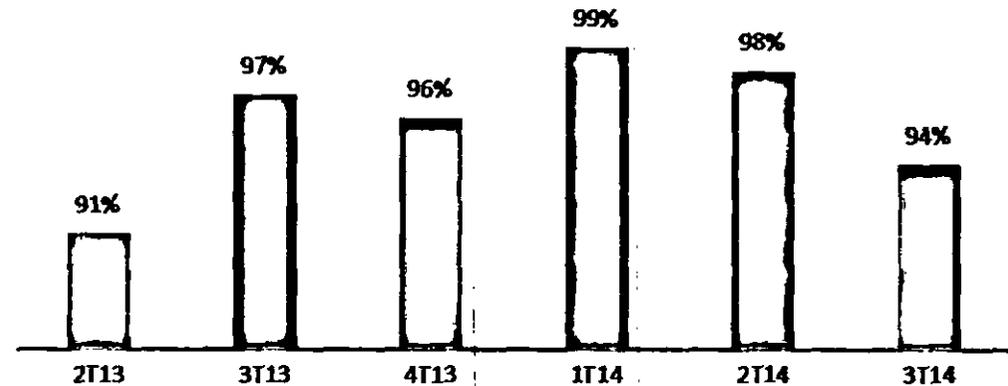
## Principais ativos em operação – Parnaíba I (gás natural)

### Disponibilidade - Parnaíba I

- Em relação ao desempenho operacional da usina em 2014, somente no 3º trimestre do ano houve problemas de indisponibilidade com impacto na geração operacional de caixa.
- Nos dois primeiros trimestres a UTE Parnaíba I apresentou altos índices de disponibilidade, sem impactos adversos na sua performance operacional, apesar de ter sua disponibilidade impactada desde maio pela otimização da utilização do gás do Complexo do Parnaíba.
- Segundo a Administração da usina, todas as turbinas a gás já estiveram em operação contínua por mais de 10.000 horas com alta disponibilidade e as primeiras inspeções nas turbinas a gás e geradores realizadas pela General Electric (“GE”) não tiveram ocorrências relevantes.
- O ajuste indicado no gráfico ao lado em azul é referente ao impacto da contabilização do recálculo da indisponibilidade considerando a metodologia de média móvel (valor de R\$17,8m). Caso não fosse considerado esse impacto o EBITDA da usina seria de R\$2,5m.

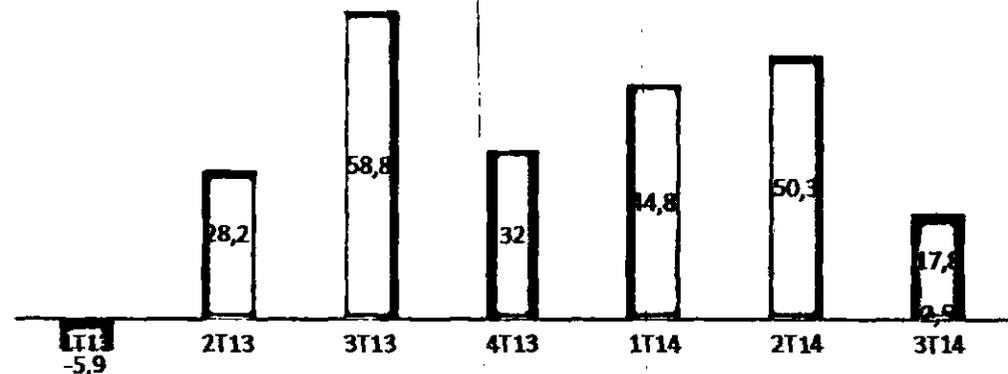
### PARNAÍBA I - DISPONIBILIDADE (%)

Leilão: 95%



Fonte: Eneva

### PARNAÍBA I - EBITDA (EM R\$M)



■ EBITDA ■ Ajuste indisponibilidade

Fonte: Eneva

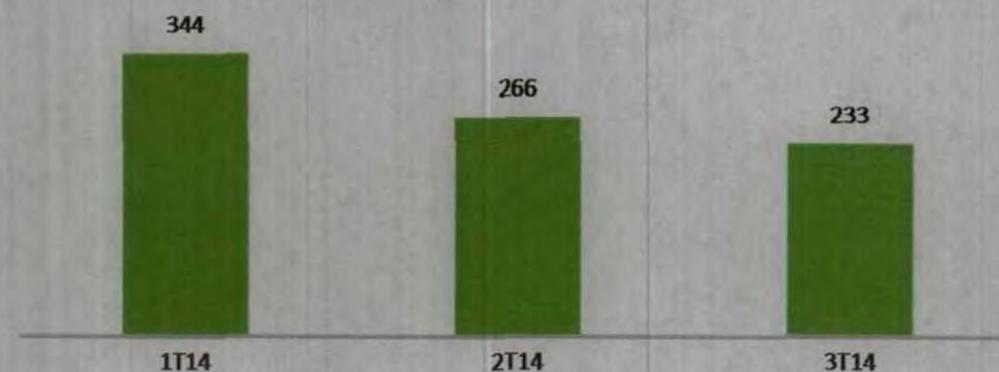
2069

## Principais ativos em operação – Parnaíba III (gás natural)

### Parnaíba III Geração de Energia S.A. (UTE Parnaíba III)

- Em abril de 2013, a Eneva S.A. concluiu, em parceria com a Petra Energia S.A. e Eneva Participações S.A., a aquisição da totalidade do capital social da UTE MC2 Nova Venécia (atualmente, Parnaíba III Geração de Energia S.A.).
- A Parnaíba III iniciou as operações comerciais da sua primeira unidade geradora em outubro de 2013 e de sua segunda e última unidade geradora em fevereiro de 2014, atingindo, assim, a capacidade instalada de 176 MW. Parnaíba III suprirá os contratos de Nova Venécia que contratou a venda de 98 MW médios, por um período de 15 anos, no leilão de energia nova A-5 de setembro de 2008.
- O contrato de fornecimento de energia garante o recebimento de receita fixa anual de R\$104,9m (data-base: nov/14), corrigida anualmente pelo IPCA e, adicionalmente, uma receita variável destinada a cobrir os custos (combustível, operação e manutenção) incorridos quando a planta for despachada pelo ONS. O projeto conta com licença de operação emitida pela SEMA/MA (LO nº 1001972/14) válida até 29 de setembro de 2017.

PARAÍBA III - GERAÇÃO BRUTA DE ENERGIA (EM GW)



Fonte: Eneva



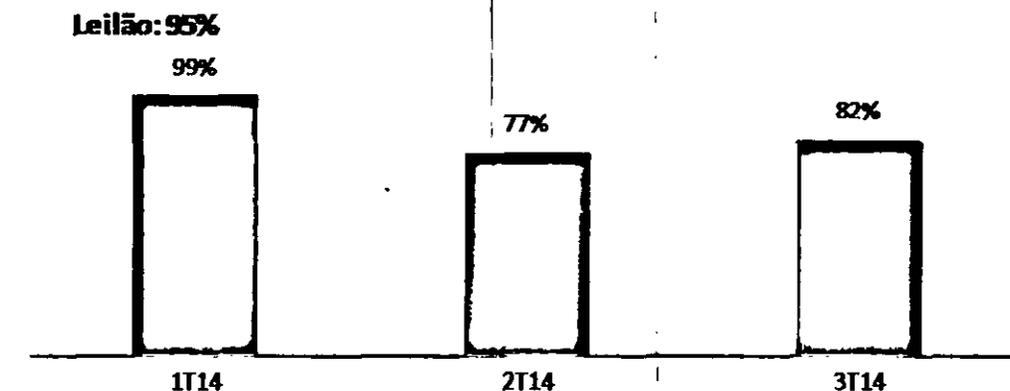
2010

## Principais ativos em operação – Parnaíba III (gás natural)

### Disponibilidade - Parnaíba III

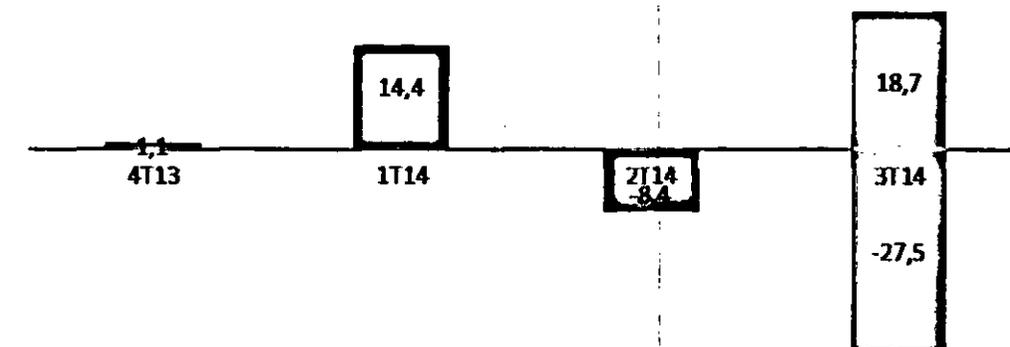
- Em relação ao desempenho operacional da usina em 2014, a capacidade total de geração de energia da usina foi alcançada em fevereiro, o que impactou negativamente a margem EBITDA da operação, dado os custos de aquisição de energia que foram incorridos no 1º trimestre.
- Já no 2º e 3º trimestres, a performance operacional foi reduzida devido a ajustes no despacho visando a otimização da utilização do gás do Complexo Parnaíba, desde maio.
- Desta forma, a receita variável foi reduzida pela menor disponibilidade de geração e os custos operacionais foram aumentados devido aos custos de indisponibilidade. Segundo a Administração da usina, apesar da redução da disponibilidade, há um menor efeito financeiro sobre o resultado da UTE Parnaíba III, já que esta possui o maior CVU dentre as usinas do Complexo Parnaíba.
- O ajuste indicado no gráfico ao lado em azul é referente ao impacto da contabilização do recálculo da indisponibilidade considerando a metodologia de média móvel (valor de R\$18,7m). Caso não fosse considerado esse impacto o EBITDA da usina seria de R\$-27,5m. O EBITDA divulgado da usina foi de R\$-8,8m.

### PARNAÍBA III - DISPONIBILIDADE (%)



Fonte: Eneva

### PARNAÍBA III - EBITDA (EM R\$M)



■ EBITDA ■ Ajuste indisponibilidade

Fonte: Eneva

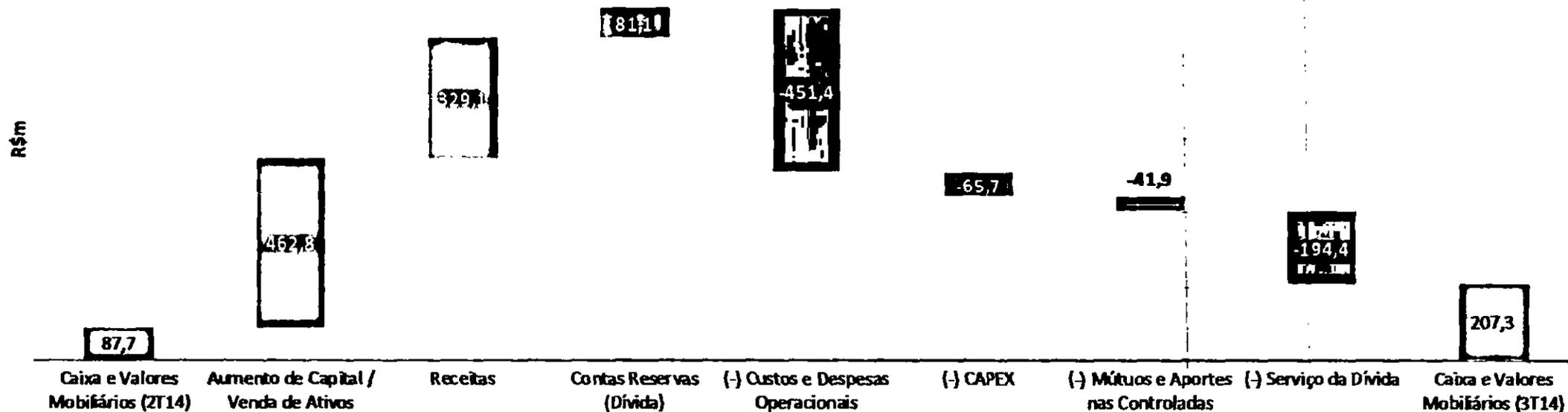
2014

Seção	Página	Informações financeiras	Página
Índice	3	Variação do caixa	56
Glossário	4	Endividamento do Grupo	57
Sumário Executivo	7	Evolução do EBITDA	59
As Recuperandas	10	Demonstrativos Financeiros	60
Setor elétrico	18		
Regulamentação do setor	23		
Histórico	32		
Endividamento conforme edital do AJ	38		
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40		
Informações operacionais	43		
<b>Informações financeiras</b>	<b>55</b>		
Plano de Recuperação Judicial	67		
Cronograma processual	72		
Acompanhamento processual	74		

2072

A variação do caixa e equivalentes de caixa do Grupo foi positiva no período, impactada principalmente por eventos não recorrentes, como as entradas por aumento de Capital e venda de Ativos

### CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - R\$M



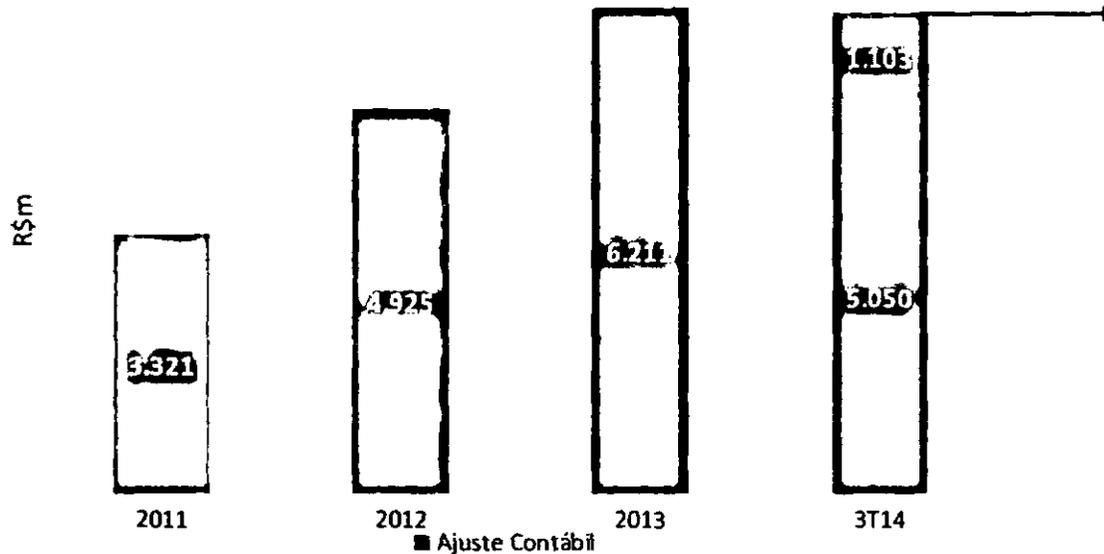
Fonte: Release 3T14

- **Aumento de Capital/Venda de Ativos:** é o valor líquido efetivamente recebido da venda da participação de Pecém II e do aumento de capital realizado pela E.On e pelo Banco Citibank.
- **Receitas operacionais:** as maiores entradas de caixa foram decorrentes de Itaqui (R\$125m) e Parnaíba I (R\$194m).
- **Contas reservas:** liberação de uma garantia para o CCEE, depositada no segundo trimestre de 2014.
- **Custos operacionais:** as maiores saídas foram decorrentes de Itaqui (R\$164m) e Parnaíba I (R\$191m).
- **CAPEX:** a usina que mais exigiu investimento foi a Parnaíba II - R\$46m - (que ainda não está em operação) e Parnaíba I - R\$16,2m.
- **Mútuos:** mútuo com a Comercializadora de Energia e Eneva Participações
- **Serviço da dívida:** pagamentos de principal e juros principalmente de dívidas da Eneva S.A (R\$73m), Itaqui (R\$ 65,2m) e (R\$55,8m).

2013

O endividamento do Grupo apresentou crescimento ao longo dos anos. Entre os principais credores de setembro de 2014, estão o BNDES, Banco Itaú BBA e BTG Pactual

Quadro evolutivo dos empréstimos e financiamentos - R\$m



Fonte: Release 3T14

### Evolução do endividamento

- Conforme apresentado no gráfico ao lado, o saldo de dívida do Grupo praticamente dobrou entre 2011 e 2013.
- A redução da dívida verificada na comparação entre o saldo no 3º trimestre de 2014 e o saldo de 2013, decorre do efeito contábil da exclusão da Pecém II da contabilidade consolidada da Eneva, após a venda de 50% de sua participação na usina, passando ser contabilizada por equivalência patrimonial.

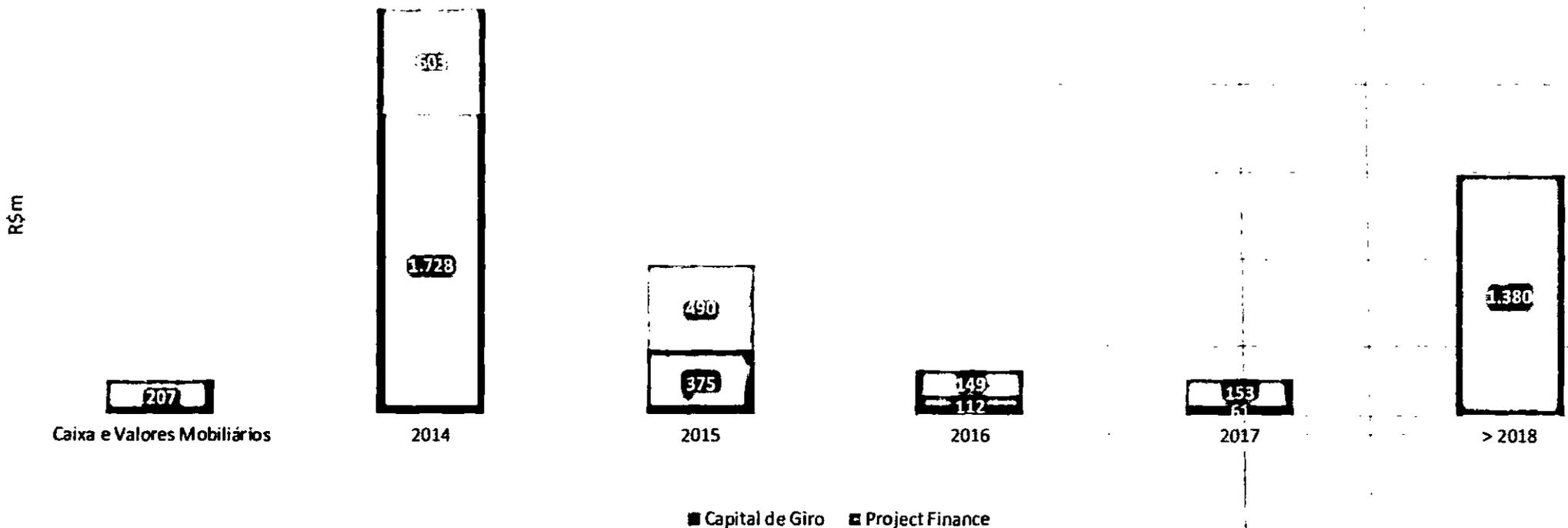
### Principais credores

- Os principais credores do Grupo são apresentados abaixo e são representados, principalmente, pelo BNDES, Banco BTG Pactual e Banco Itaú BBA e os quais, em conjunto, são detentores de cerca de 80% do total da dívida do Grupo:
  - (i) BNDES (créditos diretos e indiretos): R\$1.964,71m
  - (ii) Banco PTG Pactual: R\$ 1.220,50m
    - Após a compra da dívida do HSBC
  - (iii) Banco Itaú BBA: R\$960,04m

2014

Em setembro de 2014, o endividamento do Grupo estava concentrado no curto prazo (último trimestre de 2014 e 2015)

Perfil de vencimento da dívida - R\$m



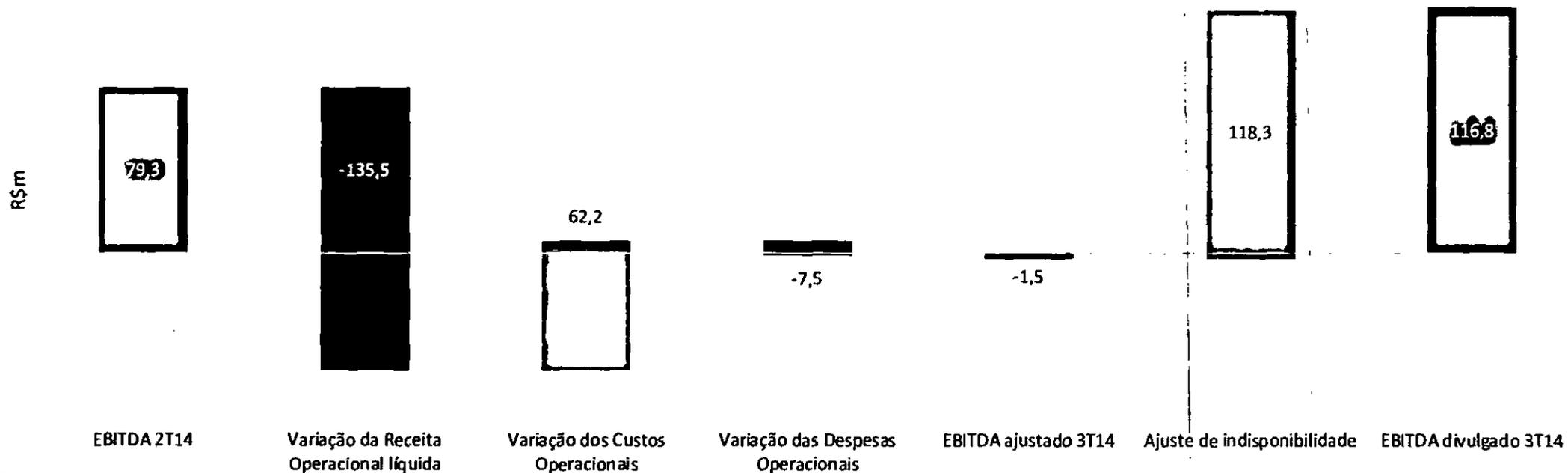
Fonte: Release 3T14

- Conforme apresentado no gráfico, em setembro de 2014, o caixa existente não foi suficiente para o pagamento de dívidas assumidas pelo Grupo.
- Adicionalmente, percebe-se que a estrutura de vencimento da dívida é concentrada principalmente no curto prazo (2014 e 2015).
- O endividamento de curto prazo alocado em projetos (*Project Finance*) foi destinado a Itaqui, Parnaíba I e Parnaíba II (aprox. 35%). O saldo remanescente da dívida de curto prazo é alocado na  *Holding*, para capital de giro (aprox. 65%) e refletiu a necessidade de caixa para cobertura dos custos de aquisição de energia e penalidades de indisponibilidade.
- Segundo as Recuperandas, no final de setembro, o custo médio da dívida foi de 10,47%a.a e o vencimento médio de 3,5 anos.

2015

Eventos não recorrentes, como ajustes de indisponibilidade de Itaqui e de Parnaíba I e o aumento do custo de TI, na holding, impactaram o EBITDA do 3º trimestre de 2014

Evolução do EBITDA



Fonte: Apresentação Institucional 3T14

Receita e Custo operacionais

- A receita reduziu como efeito da desconsolidação de Pecém II e também pela redução do consumo do gás do Complexo Parnaíba que levou a menor geração de receita, afetando a receita variável de Parnaíba I (-R\$39,6m);
- A desconsolidação de Pecém II e a redução do consumo do gás no Complexo de Parnaíba impactaram positivamente os custos, que apresentou redução no período.

Ajustes de indisponibilidade e Despesas operacionais

- As despesas aumentaram principalmente em função do cancelamento de contrato de fornecimento de serviços de TI.
- Os ajustes de indisponibilidade referem-se às decisões da Justiça Federal e ANEEL a respeito de Itaqui (+R\$100,5m) e Parnaíba I (+R\$17,8m). Por se tratar de um item não recorrente, foi demonstrado o impacto no EBITDA caso esse item não tivesse ocorrido (EBITDA ajustado 3T14)

2076

## Eneva S.A Consolidado (Balanço Patrimonial)

### Ativo

- a) **Disponibilidades:** o montante de caixa e equivalente está representado, substancialmente, por conta corrente e fundo de investimento mantido no Itaú S.A.
- b) **Clientes:** Os principais clientes da Eneva são a Itaqui Geração de Energia S.A. (R\$179m) e Parnaíba Geração de Energia S.A. (R\$106m). Para mitigar o risco de crédito, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.
- c) **Partes relacionadas:** a rúbrica reflete as transações com as partes relacionadas do grupo. O aumento na conta é decorrente, principalmente do contrato de mútuo com a Pecém II (R\$195m), contrato de mútuo com Pecém I no valor de R\$171m e contrato para assunção dos custos de compra de carvão incorridos pela usina entre setembro e dezembro de 2013 (R\$180m) e contrato com a PGN referente a custos relativos ao contrato de compra de gás e arrendamento de capacidade de unidade de tratamento de gás, firmado entre PGN e Parnaíba Geração, no montante de R\$56m.
- d) **Investimentos:** as participações societárias da Companhia incluem as controladas, controladas em conjunto e as coligadas. Com a venda de 50% da participação de Pecém II, a empresa deixou de ser consolidada (resultado) e passou a ser reconhecida por equivalência patrimonial. Em setembro de 2014, seu saldo era de R\$366m.
- e) **Imobilizado:** com a venda de 50% da participação de Pecém II, a empresa passou a apresentar a usina por equivalência patrimonial. Sendo assim, o saldo contábil da conta foi reduzido em R\$1,9bi.

### Passivo

- f) **Empréstimos e financiamentos:** referem-se a empréstimos obtidos com instituições financeiras para financiamento dos projetos e de capital de giro (conjunto de valores necessários para a empresa conseguir operar o negócio. Os principais credores em setembro de 2014 eram o BNDES (R\$1,4bi), Banco Itaú (R\$960m) e Banco BTG Pactual (R\$869m).
  - Segundo publicado no [www.valor.com.br](http://www.valor.com.br), em 26/02/2015, o BTG Pactual comprou a dívida do HSBC, no valor de R\$351m) e detém atualmente aproximadamente R\$1,3bi.

Adicionalmente, o total de empréstimos e financiamentos apresentou uma redução de R\$1,2bi decorrente da desconexão da Pecém II, que passou a ser apresentada por equivalência patrimonial.

R\$	set/14	dez/13
Empréstimos e financiamentos	5.049.754,4	6.210.520,3

Fonte: ITR 3T 14

2014

## Eneva S.A Consolidado (Balanço Patrimonial)

### Ativo - Eneva S.A (consolidado)

R\$K	dez/13	set/14	
Disponibilidades	277.583	207.338	(a)
Cientes	294.396	308.684	(b)
Contas a Receber - Partes relacionadas	-	-	
Impostos a recuperar	47.651	29.026	
Créditos diversos	5.001	4.197	
Estoque	78.376	62.449	
Outros créditos	34.972	16.530	
Depósitos vinculados	38	10.323	
Despesas antecipadas	9.825	34.605	
<u>Dividendos a receber</u>	-	-	
<b>Ativo circulante</b>	<b>747.842</b>	<b>673.152</b>	
Impostos a recuperar	14.614	41.464	
Partes relacionadas	528.019	692.915	(c)
Outros créditos	60	20.282	
Depósitos vinculados	118.606	80.225	
Impostos diferidos	302.327	217.655	
Despesas antecipadas	2.905	2.566	
AFAC	150	15.938	
Investimentos	941.853	1.328.344	(d)
Imobilizado	6.819.454	4.971.071	(e)
Intangível	213.381	203.139	
<u>Diferido</u>	-	-	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.941.370</b>	<b>7.573.598</b>	
<b><u>Ativo total</u></b>	<b><u>9.689.212</u></b>	<b><u>8.246.750</u></b>	

Fonte: Recuperanda

### Passivo - Eneva S.A (consolidado)

R\$K	dez/13	set/14	
Fornecedores	331.216	215.023	
Salários a pagar	16.770	13.527	
Encargo de dívidas	85.300	181.795	(f)
Impostos, taxas e contribuições	45.934	27.902	
	112	-	
Empréstimos e financiamentos	2.322.842	2.964.642	(f)
Cretores diversos	75.789	51.934	
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	
Outros	100.896	33.450	
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.978.859</b>	<b>3.488.272</b>	
Encargos de dívidas	(51.384)	(42.813)	(f)
Debêntures	5.239	-	
Impostos diferidos	9.591	18.877	
Empréstimos e financiamentos	3.853.762	1.946.132	(f)
Cretores diversos	307.720	235.844	
<u>Provisões</u>	11.551	(0)	
<b>Passivo não circulante</b>	<b>4.136.479</b>	<b>2.158.040</b>	
<b>Participação acionistas não controladores</b>	<b>123.633</b>	<b>127.114</b>	
Capital social realizado	4.532.314	4.707.088	
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	(44.046)	(38.797)	
Reserva de lucro	350.514	350.486	
Ajustes de conversão	(9.238)	(12.823)	
Lucros ou prejuízos acumulados	(1.436.848)	(2.377.480)	
<u>Resultado do exercício</u>	<u>(942.455)</u>	<u>(155.149)</u>	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.450.242</b>	<b>2.473.325</b>	
<b><u>Passivo total</u></b>	<b><u>9.689.212</u></b>	<b><u>8.246.750</u></b>	

Fonte: Recuperanda

2018

## Eneva S.A Consolidado (Resultado)

### Principais indicadores

R\$m	3T13	3T14	
Receita operacional líquida	317,3	353,8	(g)
Custos operacionais	(303,8)	(247,6)	(h)
Despesas operacionais	(47,8)	(25,6)	(i)
EBITDA	11,0	116,8	
Resultado do período	(178,0)	29,1	

Fonte: ITR 3T14

### Resultado

- g) **Receita operacional líquida:** a receita líquida registrada no resultado é decorrente da geração de energia das usinas Itaquí, Parnaíba I e Amapari. O aumento na comparação dos períodos é em sua maior parte atribuível ao aumento da receita variável de Itaquí, em decorrência da melhora da sua disponibilidade.
- h) **Custos operacionais:** trata-se de custos com pessoal, administrativos, insumos, arrendamentos e aluguéis, energia elétrica para revenda, custos de indisponibilidade e outros. As principais variações foram decorrentes do aumento dos aluguéis em -R\$42,6m referente ao contrato de arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás da Parnaíba I. Porém, os custos foram impactados positivamente pelas decisões da ANEEL e Justiça Federal a respeito do reembolso da indisponibilidade da Itaquí (+R\$100,5m) e da aplicação da nova metodologia de cálculo para Parnaíba I (+R\$17,8m).
- i) **Despesas operacionais:** são despesas com pessoal, serviços, arrendamentos e outros, excluindo a depreciação e a amortização. A redução no saldo é decorrente da redução de funcionários em subsidiárias (-R\$3,9m) e ajuste contábil da Eneva S.A (-R\$12,6m)

### Demonstrativo de resultado - Eneva S.A (consolidado)

RSK	9M13	9M14
Receita operacional bruta	1.010.169,1	1.598.175
(-) Deduções	(101.670,9)	(168.330)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>908.498</b>	<b>1.429.845</b>
Pessoal e administradores	(25.701,4)	(34.799)
Energia elétrica para revenda	(235.048,4)	(61.128)
Depreciação e amortização	(87.896)	(130.314)
Outros custos	(686.115)	(955.697)
<b>Custos operacionais</b>	<b>(1.034.760)</b>	<b>(1.181.938)</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>(126.262)</b>	<b>247.907</b>
Pessoal	(34.133,1)	(23.874)
Serviços	(49.262,2)	(41.318)
Depreciação e amortização	(1.976)	(2.382)
Outras despesas	(43.446)	(12.971)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(128.817)</b>	<b>(80.546)</b>
Resultado financeiro	(339.435)	(356.487)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.139)	79.810
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>(151.356,8)</b>	<b>(30.063)</b>
<b>Resultado antes da CSLL e IRPJ</b>	<b>(750.010)</b>	<b>(139.378)</b>
CSL/IRPJ	(5.817,5)	944
<b>CSL/IRPJ DIFERIDOS</b>	<b>92.572,6</b>	<b>(13.472)</b>
Participações minoritárias	1.073,4	(3.243)
<b>Resultado do período</b>	<b>(662.181)</b>	<b>(155.149)</b>

Fonte: Recuperanda

2019

## Eneva S.A Consolidado (Demonstrativo de Fluxo de Caixa)

### Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Eneva SA (consolidado)

R\$K	9M13	9M14
<b>Caixa líquido atividades operacionais</b>	<b>(103.331,0)</b>	<b>(1.677)</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(490.065)</b>	<b>119.725</b>
Lucro/prejuízo líquido antes do IR e CSLL	(750.010)	(139.378)
Depreciação e amortização	89.871	132.696
Resultado da equivalência patrimonial	151.357	30.063
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.541)	(11.985)
Opções de Ações Outorgadas	34.029	1.635
Perda em Investimento	23	19.108
Provisão para Passivo a Descoberto	5.121	(1.843)
Provisão para Desmantelamento	102	(2.266)
Juros / Custos Debêntures	482	470
Valor Justo Debêntures	426	-
Juros Empréstimos e Partes Relacionadas	32.174	155.977
Outros	(46.099)	(64.752)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>407.051</b>	<b>(125.687)</b>
Adiantamentos Diversos	(3.568)	804
Despesas antecipadas	(5.309)	(24.441)
Contas a receber	(214.475)	(14.288)
Impostos a Recuperar	8.792	(8.225)
Estoque	49.357	15.927
Impostos, Taxas e Contribuições	36.324	(18.032)
Fornecedores	268.935	(116.193)
Provisões e Encargos Trabalhistas	5.053	(3.244)
Contas a pagar	136.226	(22.628)
Subsídios a receber - CCC	(1.163)	14.272
Partes Relacionadas	126.879	50.361
<b>Outros</b>	<b>(20.317)</b>	<b>4.285</b>
Outros Ativos e Passivos	(20.317)	4.285
<b>Caixa Líquido Atividades de Investimento</b>	<b>(1.334.650)</b>	<b>1.063.898</b>

### Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Eneva SA (consolidado) - cont.

R\$K	9M13	9M14
<b>Caixa Líquido Atividades de Investimento</b>	<b>(1.334.650)</b>	<b>1.063.898</b>
Aquisição Imobilizado e Intangível	(1.003.004)	(170.876)
Títulos e valores mobiliários	3.441	-
Aporte de Capital/AFAC em Investimentos	(239.520)	(424.969)
Caixa proveniente da venda de ativo Imobilizado e Intangível	(3.020)	61.269
Mútuo com Partes Relacionadas	(51.001)	(287.132)
Retenções Contratuais	(24.734)	(64.283)
Depósitos Vinculados	(16.812)	28.096
Efeito no Imobilizado Pecém II (Mantido para Venda)	-	1.921.793
<b>Caixa Líquido Atividades de Financiamento</b>	<b>1.275.256</b>	<b>(1.132.469)</b>
Instrumentos Financeiros	(117.710)	(4.124)
Aumento de Capital	800.539	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	174.774
Amortizações do Principal - Financiamentos	(408.121)	(353.898)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	996.440	180.000
Aumento de capital proveniente de participação de acionistas não controladores	6.398	-
Efeito no Empréstimos Pecém II (Mantido para Venda)	-	(1.123.401)
Emissão (pagamento) de Debêntures	(330)	(5.820)
Dividendos	(1.960)	-
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(162.725)</b>	<b>(70.248)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	519.277	277.583
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	356.552	207.335

Fonte: Recuperanda

2010

## Eneva Participações S.A Individual (Balanço Patrimonial)

### Ativo

- a) **partes relacionadas:** referem-se a (i) repasses de custos compartilhados principalmente com a Eneva S.A e mútuo com Parnaíba III
- b) **investimentos:** o saldo da conta de investimentos reduziu em função dos prejuízos, no período, das empresas investidas que tem seu resultado consolidado por equivalência.

### Passivo

- c) **contas a pagar – partes relacionadas:** trata-se de custos compartilhados com a E.On (profissionais compartilhados). Em setembro de 2014, o saldo estava zerado em decorrência de uma transferência do montante devido para o não circulante.
- d) **créditos com outras pessoas ligadas:** trata-se de custos compartilhados com a E.On (profissionais compartilhados). Em setembro de 2014, apresentou aumento de R\$21,7m em decorrência da transferência do montante do passivo circulante para o passivo não circulante somados aos custos incorridos no período.
- e) **créditos com controladoras (MPX e E.On):** trata-se de custos compartilhados com a Eneva S.A e apresentou aumento em função do acumulo dos custos incorridos no período.
- f) **adiantamento para futuro aumento de capital:** a Eneva Participações realizou um empréstimo para a Parnaíba IV e, em contra partida, foi acordado a Parnaíba IV realizará um aumento de capital na Eneva Participações S.A.

## Eneva Participações S.A Individual (Balanço Patrimonial)

### Ativo - Eneva Participações (Individual)

R\$K	dez/13	set/14
Disponibilidades	9.033	629
Clientes	-	-
Contas a Receber - Partes relacionadas	18.193	15.681
Impostos a recuperar	473	2.035
Créditos diversos	59	104
Depósitos vinculados	-	2.610
<u>Dividendos a receber</u>	-	-
<b>Ativo circulante</b>	<b>27.757</b>	<b>21.058</b>
Impostos a recuperar	1.769	5
Partes relacionadas	12.047	16.968 (a)
AFAC	140	1.182
Investimentos	240.510	206.079 (b)
Imobilizado	5.287	6.528
Intangível	24.672	25.204
<u>Diferido</u>	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>284.425</b>	<b>255.965</b>
<b><u>Ativo total</u></b>	<b><u>312.182</u></b>	<b><u>277.023</u></b>

Fonte: Recuperanda

### Passivo - Eneva Participações (Individual)

R\$K	dez/13	set/14
Fornecedores	(1.083)	(877)
Salários a pagar	(9.502)	(9.598)
Impostos, taxas e contribuições	(654)	(368)
Empréstimos e financiamentos	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	(14.599)	- (c)
Outros	(1.624)	(1.801)
Provisão para contingências fiscais	-	-
<u>Dividendos a pagar</u>	-	-
<b>Passivo circulante</b>	<b>(27.461)</b>	<b>(12.644)</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-
Créditos com outras pessoas ligadas	-	(21.719) (d)
Créditos com controladoras (MPX e EON)	(5.716)	(10.049) (e)
<u>Provisões</u>	<u>(10.448)</u>	<u>(6.218)</u>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(16.165)</b>	<b>(37.986)</b>
Capital social realizado	(266.758)	(266.758)
Reserva de capital	(62.000)	(62.000)
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	(876)
Reserva de lucro	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(15.000) (f)
Ajustes de conversão	(34)	2.179
Lucros ou prejuízos acumulados	33.674	60.237
<u>Resultado do exercício</u>	<u>26.563</u>	<u>55.825</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(268.556)</b>	<b>(226.393)</b>
<b><u>Passivo total</u></b>	<b><u>(312.182)</u></b>	<b><u>(277.023)</u></b>

Fonte: Recuperanda

2012

## Eneva Participações S.A Individual (Resultado)

### Demonstrativo de resultado - Eneva Participações (Individual)

R\$K	9M13	9M 14	
Receita operacional bruta	-	-	(g)
(-) Deduções	-	-	
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	
Pessoal e administradores	-	-	
Energia elétrica para revenda	-	-	
Depreciação e amortização	-	-	
<b>Custos operacionais</b>	(297)	(31)	
<b>Resultado bruto</b>	(297)	(31)	
Pessoal	(26.709)	(16.234)	(h)
Serviços	(6.346)	(10.152)	(i)
Depreciação e amortização	(11)	(64)	
Outras despesas	(4.937)	(4.586)	
<b>Despesas operacionais</b>	(38.003)	(31.036)	
Resultado financeiro	2.532	1.297	
Outras receitas e despesas operacionais	(5.177)	(107)	
<b>Equivalência patrimonial</b>	5.252	(25.947)	(j)
<b>Resultado antes da CSLL e IRPJ</b>	(35.691)	(55.825)	
CSL/IRPJ	-	-	
<b>CSL/IRPJ DIFERIDOS</b>	-	-	
<b>Resultado do período</b>	<b>(35.691)</b>	<b>(55.825)</b>	

Fonte: Recuperanda

### Resultado

- g) **receita operacional líquida:** a Eneva Participações S.A tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades empresariais e não empresariais, no Brasil ou no exterior e não tem operação que gere receita.
- h) **despesas com pessoal:** embora não tenha havido alteração significativa no número de funcionários da Companhia, houve redução do saldo de despesas com pessoal dos seguintes eventos:
- (i) alteração do bônus para os funcionários que em 2013, era provisionado mensalmente (R\$6m de janeiro a setembro de 2013) e em 2014, seria provisionado somente em dezembro.
  - (ii) Desligamento dos expatriados (E.On Brasil) e alguns diretores da Eneva Participações (aproximadamente R\$5m).
- i) **serviços:** trata-se de custos compartilhados principalmente com a Eneva S.A. O aumento do saldo é decorrente da preparação de projetos da Eneva Participações para inscrição em leilões. A utilização de serviços prestados pela E.On, representa aproximadamente R\$6m.
- j) **equivalência patrimonial:** apresentou resultado negativo em função dos prejuízos, no período, das empresas investidas que tem seu resultado consolidado por equivalência.

2083

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
<b>Plano de Recuperação Judicial</b>	<b>67</b>
Cronograma processual	72
Acompanhamento processual	74

O PRJ visa a permitir que a Eneva e a Eneva Participações superem sua crise econômico-financeira, adotem as medidas necessárias para sua reorganização operacional e preservem a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus credores e acionistas

### Principais ações previstas pelo PRJ

A reestruturação dos créditos ocorrerá essencialmente por meio da (i) capitalização de créditos, (ii) perdão das dívidas e (iii) reperfilamento da dívida e de forma resumida prevê:

- Necessidade de redução mínima de 40% do valor total dos créditos quirografários;
- Em paralelo ao PRJ, as Recuperandas envidarão seus melhores esforços para renegociar o passivo das sociedades operacionais do Grupo que não integram a Recuperação Judicial;
- Fortalecimento da estrutura de capital e balanço mediante aumento de capital.
- Obtenção de novos financiamentos junto aos credores quirografários.
  - **Credores financiadores:** Os credores que aportarem novos recursos serão considerados credores financiadores e obterão condições mais vantajosas na reestruturação de seus créditos remanescentes.
- Reestruturação societária;
- Alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente.

### Aumento de capital

- O aumento de capital poderá subscrever por meio de (i) aporte em espécie, (ii) capitalização dos créditos e, ou (iii) subscrição com ativos.
- O valor total considerado para aumento de capital será o somatório da quantia que vier a integrar cada um dos tipos de subscrição.
- Para a subscrição de ativos, os credores interessados deverão manifestar sua intenção na Assembleia de Credores que deliberar a aprovação do Plano munidos de laudo de avaliação dos ativos, conforme art. 8º da Lei das S.A.
- A subscrição de novas ações não pode resultar em controle acionário da Eneva. Nesse caso, o valor que potencialmente resultar em controle consolidado deverá ser automaticamente perdoado.
  - Para os efeitos de limitação quanto à consolidação do controle acionário absoluto da Eneva, serão consideradas exclusivamente as manifestações firmes recebidas dos Credores Quirografários até a Assembleia de credores.
- As novas ações conferirão aos titulares os mesmos direitos atribuídos às demais ações emitidas até hoje pela Eneva.
- A efetiva entrega das ações em decorrência da capitalização dos créditos, representa o pagamento dos créditos quirografários.
- **Lock-up:** durante o período de lock-up os credores quirografários estão proibidos de negociar (oferecer, vender, contratar a venda, prometer e etc) as novas ações recebidas em função do Aumento de Capital.

2015

○ PRJ visa a permitir que a Eneva e a Eneva Participações superem sua crise econômico-financeira, adotem as medidas necessárias para sua reorganização operacional e preservem a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus credores e acionistas

**Reestruturação e liquidação das dívidas**

As Recuperandas não reconhecem a existência de credores com Garantia Real.

**Credores trabalhistas e Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

- Pagamento integral (sem deságio)
- 2 parcelas iguais e sucessivas (30 e 60 dias após a data da homologação)
- Sem incidência de correção monetária e juros

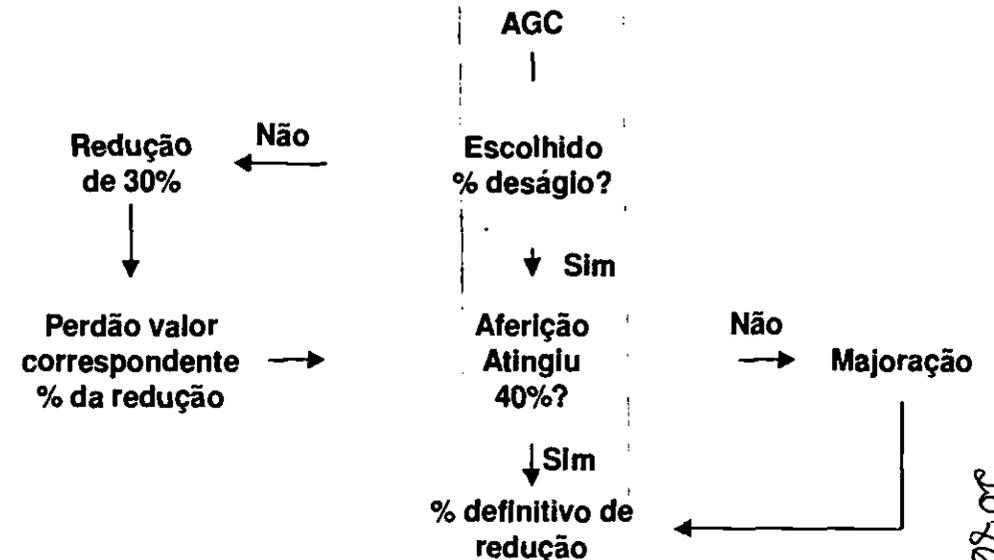
**Credores Quirografários:**

- **Pagamento linear até R\$250mil a todos os credores quirografários:**
  - Pagamento integral (sem deságio)
  - Em 2 parcelas iguais e sucessivas (30 e 60 dias após a data da homologação)
  - Sem incidência de correção monetária e juros
- **Deságio entre 30% e 45% do crédito remanescente:**  
 Todos os credores quirografários que permanecerem com saldo remanescente após o pagamento dos R\$250k deverão indicar necessariamente um percentual de deságio entre 30% e 45% assim como a forma que ocorrerá a redução do saldo:
  - a) capitalização do valor integral correspondente ao percentual de redução;
  - b) perdão integral do valor correspondente ao percentual de redução;
  - c) a combinação das alternativas "a" e "b", com a indicação dos respectivos percentuais

**Reestruturação e liquidação das dívidas (cont.)**

**Credores Quirografários (cont.)**

- **Caso não haja manifestação:** a indicação da forma escolhida ocorrerá durante a AGC. Caso não haja manifestação, será aplicado deságio de 30% e concessão de perdão integral do valor correspondente ao percentual de redução.
- **Aferição:** após serem informados os percentuais propostos de redução, será calculada a média ponderada destes percentuais a fim de verificar se a redução mínima de 40% foi atingida (capitalizado e/ou perdoado).
- **Majoração:** O não atingimento da redução mínima implicará na majoração compulsória dos percentuais propostos abaixo da média até que a redução mínima seja atingida. O percentual adicional de redução obtido com o processo de majoração será compulsoriamente perdoado pelo credor.



2026

O PRJ visa a permitir que a Eneva e a Eneva Participações superem sua crise econômico-financeira, adotem as medidas necessárias para sua reorganização operacional e preservem a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus credores e acionistas

#### Reestruturação e liquidação das dívidas (cont.)

O saldo remanescente (após aplicada a redução definitiva dos créditos quirografários) será pago, sem qualquer deságio, por meio dos instrumentos A, B e C, conforme indicados na tabela na próxima página.

#### Credores Retardatários:

- 120 parcelas mensais
- Sem incidência e capitalização de juros
- 1ª parcela devida após o 1º mês subsequente à quitação integral de todos os demais créditos concursais e créditos extraconcursais.

#### Majoração dos créditos:

Caso ocorra a majoração dos créditos, o valor será pago na forma prevista no plano a partir do trânsito em julgado da decisão ou da celebração do acordo entre as partes.

#### Concessão de novo financiamento

Montante mínimo de R\$10m por credor, respeitando o limite global de R\$100m, observa a proporção da participação do credor no montante total dos créditos.

- Caso algum credor não participe do novo financiamento, os concedentes poderão aumentar proporcionalmente sua participação, observando-se o limite global de R\$100m
- Os concedentes deverão comunicar seu firme propósito no prazo de 30 dias contados da apresentação do PRJ em juízo, com identificação expressa do valor a ser concedido
- Após 30º dia da apresentação do PRJ, contar-se-á o prazo de 15 dias para o credor deposite o valor indicado na conta da Eneva
- O novo financiamento será garantido pelas garantias compartilhadas (parte dos recebíveis dos R\$300m decorrentes da alienação, pela Eneva, da integralidade de sua participação societária na Pecém I, em favor da EDP).

#### Concessão de novo financiamento (cont.)

- Os credores financiadores terão proporcionalmente reservados até R\$100milhões da quantia máxima destinada ao pagamento do instrumento A
- Cada R\$1,00 do dinheiro novo dará direito a R\$1,00 reservado proporcionalmente para o financiador.
- Caso o credor financiador exerça opção de majoração facultativa, a totalidade do crédito será alocada no instrumento C.
- As condições de pagamento estão descritas na tabela na próxima página.

#### Outros pontos importantes

- Aprovação do PRJ acarretará a aprovação pelos credores da alienação da totalidade da participação da Eneva na sua subsidiária Pecém I para a EDP por R\$300m.
- Créditos por fiança, aval ou obrigação solidária serão pagos nas condições originariamente contratadas ou naquelas que venham a ser acordadas com o respectivo credor.
- A homologação do PRJ implicará na extinção das ações referentes à qualquer crédito contra as Recuperandas
- Os pagamentos realizados na forma estabelecida no PRJ acarretarão a quitação plena de todos os créditos contra as Recuperandas.
- Avais, fianças e outras coobrigações outorgadas aos credores que optarem pela capitalização dos créditos serão extintas.
- Haverá mora caso as Recuperandas descumpram o PRJ e não sanem tal descumprimento em até 60 dias do recebimento de notificação enviada pela parte prejudicada
- As Recuperandas deverão convocar os credores para deliberarem em AGC sobre as medidas a serem tomadas para sanar eventual descumprimento do PRJ.

2087

O PRJ visa a permitir que a Eneva e a Eneva Participações superem sua crise econômico-financeira, adotem as medidas necessárias para sua reorganização operacional e preservem a manutenção de empregos diretos e indiretos e os direitos de seus credores e acionistas

	Instrumento A	Instrumento B	Instrumento C	Novo financiamento
<b>A quem se aplica?</b>	(i) Credores quirografários cujos percentuais definitivos de redução do crédito seja fixado acima do percentual de 30% (ii) Credores financiadores	Aos credores quirografários cujos saldos remanescentes não tenham sido alocados como instrumento A	Exclusivamente aos credores quirografários cujos percentuais definitivos de redução for igual ou acima de 40%. >> Essa opção deverá ser informada durante a AGC Opção de majorar um adicional de 20% o percentual definitivo de redução, exclusivamente por perdão da dívida, com alocação integral do saldo remanescente (após o desconto dos R\$250k e da capitalização e/ou perdão) no instrumento C.	Credores que optarem por conceder novo financiamento à Eneva >> Deve ser comunicado no prazo de 30 dias contados da apresentação do PRJ em juízo, com identificação expressa do valor a ser concedido
<b>Característica início da contagem dos prazos</b>	Para cada credor será alocado 1% do valor do crédito (após desconto dos R\$250k) para cada 1% do percentual definitivo fixado acima de 30% >> Limitação máxima global para alocação: R\$460m	Os saldos remanescentes que não tenham sido alocados como instrumento A serão alocados automaticamente no instrumento B		Créditos serão pagos de forma diferenciada em relação aos pagamentos por instrumentos
<b>Carência</b>	Data da homologação do Plano Principal: 7 anos Juros: 4 anos	Data da homologação do Plano Principal: 10 anos Juros: 8 anos A cada mês decorrido entre o 11º e o 17º anos, conforme abaixo: 11º ano: 10% 12º ano: 10% 13º ano: 10% 14º ano: 10% 15º ano: 15% 16º ano: 20% 17º ano: 25%	Data da homologação do Plano Principal: 8 anos Juros: 6 anos A cada mês decorrido entre o 9º e o 14º anos, conforme abaixo: 9º ano: 10% 10º ano: 15% 11º ano: 15% 12º ano: 15% 13º ano: 20% 14º ano: 25%	Data do respectivo reembolso
<b>Amortização do principal Cálculo dos juros remuneratórios</b>	A cada mês decorrido entre o 8º e o 12º anos, em parcelas iguais 100% do CDI + 1% a.a, incidentes a partir da data de homologação	100% do CDI	100% do CDI + 2,5% a.a.	O que ocorrer antes dos seguintes eventos: (i) 360 dias (ii) data do recebimento da alienação da participação societária da Eneva na Pecém I
<b>Pagamento dos juros</b>	A cada mês decorrido no período compreendido entre o 5º e o 7º anos	A cada mês decorrido no período compreendido entre o 9º e o 10º anos	A cada mês decorrido no período compreendido entre o 7º e o 8º anos	Parcela única juntamente com o principal

Fonte: Plano de Recuperação Judicial

2018

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
<b>Cronograma processual</b>	<b>72</b>
Acompanhamento processual	74

2019

## Cronograma processual

- |  |   |
|--|---|
| <p><b>09/12/14</b> • Impetração do pedido de Recuperação Judicial</p> <p><b>16/12/14</b> • Deferimento do Processamento do Pedido de Recuperação Judicial (Art. 52, I, II, III, IV e V e parágrafo 1º)</p> <p><b>18/12/14</b> • Publicação do deferimento do processamento da RJ no D.O.</p> <p><b>18/12/14</b> • Publicação do 1º Edital pelo Devedor (Art. 52, parágrafo 1º)</p> <p><b>07/01/15</b> • Fim do Prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ - 15 dias da publicação do 1º Edital (Art. 7º, parágrafo 1º)</p> <p><b>26/01/15</b> • Fim da extensão do Prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ - 15 dias da publicação do 1º Edital (Art. 7º, parágrafo 1º)</p> <p><b>12/02/15</b> • Apresentação do Plano de Recuperação Judicial ao Juízo – 60 dias após a publicação do deferimento do processamento da RJ (Art. 53)</p> <p><b>31/03/15</b> • Publicação do Edital do AJ – 45 dias após a apresentação de habilitações e divergências (Art. 7º, parágrafo 2º)</p> <p><b>10/04/15</b> • Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo – 10 dias após a publicação do Edital do AJ (Art. 8º)</p> | <p><b>16/04/14</b> • 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores</p> <p><b>30/04/15</b> • 2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores</p> <p><b>16/05/15</b> • Prazo Limite para votação do PRJ em AGC – 150 dias após o deferimento do processamento da RJ (Art. 56, parágrafo 1º)</p> <p><b>15/06/15</b> • Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor – 180 dias após o deferimento do processamento da RJ</p> <p><b>18/12/16</b> • Fim do prazo de RJ, se cumpridas as obrigações previstas no PRJ – 2 anos após a concessão da RJ</p> |
|--|---|

Eventos ocorridos

Datas estimadas

abof

<b>Seção</b>	<b>Página</b>
Índice	3
Glossário	4
Sumário Executivo	7
As Recuperandas	10
Setor elétrico	18
Regulamentação do setor	23
Histórico	32
Endividamento conforme edital do AJ	38
Eventos subsequentes ao Pedido de Recuperação Judicial	40
Informações operacionais	43
Informações financeiras	55
Plano de Recuperação Judicial	67
Cronograma processual	72
<b>Acompanhamento processual</b>	<b>74</b>

2091

## Acompanhamento processual

09/12/14

- Distribuição do pedido de recuperação judicial pela Eneva S.A. e Eneva Participações S.A. As postulantes informam, ainda, a alienação de sua participação na Pecém I concluída na mesma data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, e cujo efeito está sujeito a aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores.

15/12/14

- Promoção do Ministério Público pelo deferimento do processamento da recuperação judicial

17/12/14

- Foi apresentada, pela Recuperanda, petição com a relação de credores da Eneva S.A. e Eneva Participações S.A.

18/12/14

- Publicada decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial e (i) determinando que cada uma das Recuperandas apresente seu próprio Plano de Recuperação Judicial; (ii) nomeando a Deloitte como Administradora Judicial, devendo ser intimada para apresentar sua proposta de honorários e assinar Termo de Compromisso; (iii) dispensando as Recuperandas da apresentação de certidões negativas de crédito; (iv) suspendendo todas as ações e execuções em face das recuperandas; (v) determinando que as requerentes apresentem suas contas demonstrativas mensais; (vi) determinando a intimação do Ministério Público; (vii) determinando a publicação do Edital de deferimento da recuperação judicial e relação nominal de credores (art. 51, §1º da LRF); (viii) determinando seja oficiada a JUCERJ para anotação da recuperação judicial no seu cadastro.
- Publicado o Edital para dar ciência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial.

07/01/15

- Foram opostos, pelas Recuperandas, Embargos de Declaração em face da determinação de apresentação de um Plano de Recuperação Judicial para cada Recuperanda.

12/01/15

- Foi apresentada manifestação do Ministério Público opinando pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração

22/01/15

- Foi proferida decisão para (i) não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelas Recuperandas; (ii) conceder prazo peremptório aos credores para apresentação de divergências/habilitações à Deloitte até o dia 26/01/2015; (iii) determinar a intimação da Deloitte para apresentação de proposta de honorários.

- Petição das Recuperandas para requerer autorização judicial para efetivar operação de rolagem de dívida detida pelo Bradesco em face da Parnaíba III e garantida pelas Recuperandas por aval e alienação fiduciária de 70% das ações da Parnaíba III de titularidade da Parnaíba Participações (sociedade subsidiária das Recuperandas), materializada em Notas Promissórias cujo vencimento se daria em 26/01/2015. De acordo com a operação realizada, a dívida seria rolada por 18 meses e materializada em debêntures emitidas pela Parnaíba III em favor do Bradesco, desde que fosse autorizada (i) a concessão de fiança pelas Recuperandas; (ii) a alienação fiduciária dos 70% das ações da Parnaíba III detidas pela Parnaíba Participações.

23/01/15

- Foi apresentada, pelas Recuperandas, petição requerendo juntada do Terceiro Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito firmado entre o BNDES e a Itaqui Geração de Energia (Sociedade subsidiária da Recuperanda), pelo qual foram repactuadas as cláusulas de contrato no qual o Banco concedeu à Itaqui crédito de R\$797.648.000,00, garantido pelo penhor da totalidade de ações de emissão da Itaqui (fl. 783), de titularidade da Eneva S.A..

2092

## Acompanhamento processual

28/01/15

- Foi apresentada petição pelas Recuperandas para informar da interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão que não conheceu dos seus Embargos de Declaração, no qual objetiva a apresentação de um único Plano de Recuperação para as duas Recuperandas.

09/02/15

- Apresentada, pelo Administrador Judicial, manifestação para requerer concessão de prazo adicional para apresentação de sua proposta de honorários.

12/02/15

- Apresentada petição das Recuperandas para apresentar seu único Plano de Recuperação Judicial, tendo em vista a concessão do efeito suspensivo no Agravo de Instrumento nº 0003950-90.2015.8.19.0000, e requerendo imediata publicação do Edital.
- Apresentada petição das Recuperandas para dar ciência aos credores do DIP Finance previsto no Plano de Recuperação Judicial, bem como convidá-los a formalizar sua eventual intenção.
- Foi proferida decisão determinando (i) a intimação dos credores para se manifestar a respeito da intenção de fazer parte do DIP Finance apresentado pelas Recuperandas; (ii) a publicação de Edital com relação nominal de credores unificado para ambas as Recuperandas, tendo em vista a obtenção do efeito suspensivo no Agravo de Instrumento; (iii) seja aguardado o julgamento do agravo relativo a apresentação de um único Plano de Recuperação.

23/02/15

- Ocorreu a publicação do Edital para dar ciência aos credores acerca da apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas.

24/02/15

- Apresentada a manifestação da Administradora Judicial opinando pela integral autorização, pelo Juízo, acerca da operação de emissão de debêntures da Parnaíba III em favor do Bradesco e garantidas pelas Recuperandas.

25/02/15

- Foi apresentada manifestação do Ministério Público para (i) requerer a assinatura do termo de compromisso pelo Administrador Judicial; (ii) opinar pelo deferimento da emissão de debêntures e concessão de garantia pelas Recuperandas, desde que sejam recolhidas as notas promissórias que materializavam a dívida para que não circulem e sejam eventualmente cobradas por terceiros; (iii) declarar ciência quanto ao Plano de Recuperação Judicial apresentado.

27/02/15

- Apresentada, pela Administradora Judicial, petição com procuração, lista de credores e seguintes considerações (i) exclusão do crédito listado em favor da Deloitte; (ii) renúncia ao crédito apresentada pelo credor Almeida Rotemberg e Boscoli; (iii) a apresentação de nova documentação pelas Recuperandas na fase administrativa de apuração dos créditos; (iv) apresentação de Edital unificado para ambas as Recuperandas; (v) determinadas Cédulas de Crédito Bancário garantidas por alienação fiduciária; (vi) crédito do Banco Citibank S.A. e Banco Citibank N.A.
- Foi proferida decisão pelo Des. Carlos Santos de Oliveira, da 2ª Câmara Cível, para revogar o efeito suspensivo conferido ao Agravo de Instrumento interposto pelas Recuperandas e, assim, determinar a apresentação de um Plano de Recuperação Judicial para cada Recuperanda

02/03/15

- Foi juntado Edital com relação nominal de credores elaborado pela Administradora Judicial

1093

## Acompanhamento processual

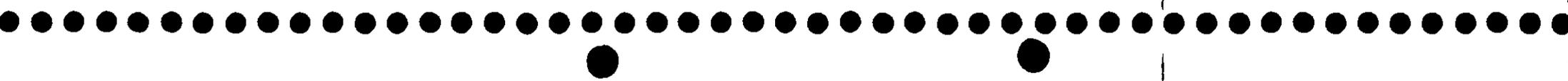
**02/03/15**

- Foi apresentada, pelas Recuperandas, petição para juntar Segundo Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito firmado entre o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e a Itaqui Geração de Energia (sociedade subsidiária da Recuperanda), pelo qual foram repactuadas as cláusulas de contrato no qual o Banco concedeu à Itaqui crédito de R\$202.754.803,50, garantido pelo penhor da totalidade de ações de emissão da Itaqui, de titularidade da Eneva S.A.
- Apresentada, pelo Credit Suisse, petição para requerer (i) seja negada às Recuperandas autorização para ratificação da operação envolvendo emissão de debêntures da Parnaíba III em favor do Bradesco; (ii) a inclusão das "empresas operacionais" (subsidiárias das Recuperandas) no polo ativo da presente recuperação judicial

**31/03/15**

- Foi publicado o Edital de Credores do Administrador Judicial.
- Foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores que ocorrerá em 1ª convocação no dia 16 de abril e em 2ª convocação no dia 30 de abril.

2094



# Deloitte.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.